

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**ANANDA WINTER MARQUES**

**Projeto de Reserva de Assentos para Mulheres na Câmara**

Discussão, tramitação e rejeição

**Brasília**

**2016**

ANANDA WINTER MARQUES

**Projeto de Reserva de Assentos para Mulheres na Câmara**

Discussão, tramitação e rejeição

Monografia apresentada como pré-requisito  
para a obtenção do título de bacharel em  
Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Danusa Marques  
Parecerista:

**Brasília**

**2016**

Às minhas avós, aos caminhos que trilharam, à  
força que carregaram.

À avó Leoni, de quem me despedi há tantos  
anos,

À avó Geni, de quem me despedi há poucos  
dias.

As suas histórias, a nossa história, os seus  
ensinamentos

Para sempre eles ecoem

## AGRADECIMENTOS

Brasília surgiu para mim em tardes frias e chuvosas em que sonhava com um lugar onde o sol quente sempre estivesse ali, física e, talvez, metaforicamente. Diferente de todas as recomendações contrárias, que diziam quão fria seria a cidade, agora no sentido figurativo, aqui cheguei e aqui encontrei todo o calor que me faltava. Meus olhos abriram-se diante do novo e o novo abriu-se diante dos meus olhos.

Não cheguei sozinha, cheguei com os melhores amigos e companheiros de jornada, cheguei com meus pais. Foi diante dos nossos olhos, então, e não apenas meus, que o novo se instalou. Fomos nós três juntos que chegamos. E, aliás, foram eles sozinhos que desde cedo abandonaram a vida de raízes e me mostraram como é boa a vida que se vive quando se sabe partir e se sabe chegar. Agradeço a minha mãe às palavras duras e necessárias e o conforto que sempre se seguiu a elas. Agradeço ao meu pai pelas inspirações, os exemplos de motivação e as lições de confiança no que está por vir. Agradeço aos meus pais o amor, a compreensão e a escuta. Agradeço a eles o respeito, a união e o olhar que transcende as diferenças para dizer que o amor sabe entender.

Agradeço à família que encontrei em Brasília. Aos amigos que me receberam e os quais eu recebi. Aprendi com todos aqueles que encontrei durante estes anos. Aprender é movimento, aprender é transformação, às vezes uma só palavra que se troca ensina e acende algo que em nós ainda dormia. A todos estes que, de alguma forma, acenderam algo em mim, eu agradeço.

Ao projeto de extensão, Política na Escola, ao qual dediquei quase três anos da minha graduação, agradeço pelos tantos ensinamentos. A cada um que dividiu comigo uma sala de aula, a cada um que sonhou comigo sobre educação, a todas as crianças que encontrei nesse caminho e que me mudaram de um jeito único. Agradeço, também, a todos os amigos que, junto comigo, foram Centro Acadêmico, foram Cordel de Mangaio, agradeço pelos sonhos que compartilhamos, pelo crescimento e pelo companheirismo. Foram estes projetos que me ensinaram que sempre temos algo a acrescentar e que dividir pensamentos liberta e constrói.

Agradeço à amiga e companheira Bruna que esteve ao meu lado em todos os momentos, naqueles que às vezes parecem que nunca vão chegar, nas horas que ninguém quer passar, mas também nos dias de risadas e aventuras. À Luíza, com quem dividi projetos, expectativas e

frustrações. Agradeço às duas pela amizade que construímos juntas, pelos anos que dividimos e pelos exemplos que se tornaram.

Agradeço ao meu amigo e companheiro, Vinicius, com quem dividi tantos momentos desta graduação, que me ensinou a acreditar e a acreditar de novo. Que me ensinou o que é o esforço, a dedicação e a beleza da serenidade. As palavras, os sonhos e as lutas que aprendemos sempre por aqui estarão.

Agradeço ao amigo Caio Jardim, que tão diferente de mim, dividiu comigo tantos projetos, extensão, CAPOL e tardes na Secretaria de Mobilização, obrigada por todos os momentos de companheirismo. Agradeço também aos amigos Caio Matos, Leandro Lobo e Daniel Oliveira, que foram acolhedores desde os tempos em que eu ainda procurava quem conhecer nesta nova cidade. Agradeço às amigas Beatriz, Tathiana e Tayla que, cada uma a sua maneira, ensinaram-me a tentar, como elas, a buscar a independência, a determinação e a coragem. Vocês com certeza foram inspirações para este trabalho.

Agradeço à Tahiza, que me reapresentou para mim mesma, que me fez querer ir além e juntas nós fomos. Agradeço pela paciência, pelas palavras doces nos momentos em que o medo parecia ser maior. Agradeço pela inspiração que em mim nasceu em nossas conversas, pelo incentivo à dedicação e à disciplina e, principalmente, por sempre acreditar.

Por fim, meu agradecimento é à todas as mulheres que lutam e nos mostram o quanto a vida é cheia de possibilidades, o quanto são infinitas as nossas formas de existir e o quanto são ricas nossas tão infindáveis formas de manifestação. Que nenhuma seja perdida, que nenhuma seja escondida e que a vida nunca perca essa riqueza.

## **RESUMO**

Após 20 anos da adoção da lei de cotas de candidaturas para mulheres no Brasil, os seus resultados continuam sendo pouco efetivos e o país permanece entre os países com os mais baixos números de representação feminina das Américas. Durante a reforma política de 2015, a bancada feminina mobilizou-se em torno de medidas que pudessem ser aplicadas para corrigir esta sub-representação. O presente trabalho busca explicar o processo que levou a proposta encaminhada, a reserva de assentos para mulheres, a ser rejeitada. Para isso, buscou-se entender, além dos argumentos mobilizados para a sua defesa, os argumentos que basearam sua rejeição e quais as maiores barreiras encontradas.

Palavras-chave: cotas, representação, sub-representação de mulheres, política do desvelo, perspectivas, mérito.

## **ABSTRACT**

After 20 years of the adoption of the quota law for women candidacies in Brazil, its results remain ineffective and the country is still among the countries with the lowest numbers of feminine political representation of the Americas. During the political reform in 2015, the feminine delegation of the Chamber of Deputies mobilized around measures that could be applied in order to correct this underrepresentation. This study aims to explain the process that led the forwarded proposal, the reserved seats for women, to be rejected. For this, we sought to understand, besides the arguments deployed for its defense, the arguments that based its rejection and which were the major barriers found by it.

Keywords: quotas, representation, underrepresentation of women, maternal thinking, perspectives, merit

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEADW	Convention on the Elimination of All Discrimination Against Women
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DEM	Democratas
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEN	Partido Ecológico Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro



PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
UNE	União Nacional dos Estudantes

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE COTAS.....	12
1.1 - Sentidos do Conceito de Representação.....	12
1.2 – Mecanismos Descritivos e a Questão do Mérito. ....	17
1.3 – Ética do Cuidado, Perspectivas e Identidades .....	20
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA DE COTAS: JUSTIFICATIVAS, FORMATOS E CONDICIONANTES.....	24
2.1 – Contexto Mundial e Aprovação da Lei de Cotas do Brasil. ....	26
2.2 – Sistemas Eleitorais, Política de Cotas e Reserva de Assentos.....	32
2.3 - Limites das Cotas de Candidaturas de Mulheres no Brasil.....	37
CAPÍTULO 3 – FORMATOS E RECUOS DO PROJETO DE COTAS: O QUE CONTOU A FAVOR E O QUE PESOU CONTRA.....	40
3.1 – A Comissão Especial da Reforma Política e a Sub-Representação Feminina .....	40
3.2 – Discussão e Votação no Plenário.....	50
3.3 – Justificativas para Apoio e Rejeição das Cotas .....	52
3.4 – Análise dos Votos e Algumas Perspectivas.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
Referências Bibliográficas:.....	67

## INTRODUÇÃO

No dia 16 de junho de 2015 o Plenário na Câmara rejeitou a proposta de reserva de assentos para mulheres, após ampla mobilização da bancada feminina em torno da construção de uma proposta com possibilidades de aprovação. A proposta havia sido discutida durante a Comissão Especial da Reforma Política e também foi tema de reuniões entre a bancada de mulheres e os líderes partidários, nas quais se buscou definir desenhos que poderiam ser aceitos pelos deputados.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o processo de formação e de discussão da proposta e as razões que foram apresentadas para a sua rejeição. Para isso, parte-se, inicialmente, de uma revisão do conceito de representação e dos fundamentos que sustentam que a mesma pode ser aprimorada mediante a concretização de mecanismos da representação descritiva. Ademais, este primeiro momento busca apresentar respostas às tradicionais manifestações contrárias à adoção de políticas de cotas, que utilizam argumentos de igualdade, de justiça e de mérito como forma de invalidar tais políticas.

Expõe-se, assim, as críticas feitas por Iris Marion Young e Anne Phillips aos fundamentos da ideia liberal de mérito, formulados a partir da pressuposição do *cidadão universal*, que relega à esfera privada as particularidades dos sujeitos. Aborda-se, então, a questão da justiça, também comumente lembrada por aqueles que mantêm posições contrárias às políticas de ação afirmativa, as cotas entre elas.

São discutidas as concepções de justiça de Nancy Fraser, que tematiza a redistribuição e o reconhecimento, de Young, que também problematiza perspectivas de justiça que incluem apenas a redistribuição e, por fim, a justiça de John Rawls que, por um caminho diferente da clássica universalidade liberal, também chega a um sujeito imparcial. Também são apresentadas as fundamentações dadas para os mecanismos que levam ao aumento de mulheres na esfera política. Dessa forma, passa-se pela *política do desvelo*, ou *ética do cuidado*, pela noção de *identidade* e pela de *perspectivas*.

O segundo capítulo passa para o contexto brasileiro de aproximação entre os movimentos feministas e as esferas deliberativas, bem como pelo contexto mundial em que surgem discussões a respeito das formas de inclusão de mais mulheres na política. Momento este marcado pela adoção de cotas em uma série de países, inclusive no Brasil.

Além disso, são discutidos os sistemas eleitorais e seus efeitos no número de mulheres eleitas. São expostos os diferentes desenhos que as políticas de cotas podem assumir, entre eles a reserva de um determinado percentual de candidaturas para as mulheres, o que é adotado hoje no Brasil, e a reserva de assentos, formato da proposta rejeitada pela Câmara dos Deputados.

As discussões anteriores servem como pano de fundo para entender o processo pelo qual passou a proposta de reserva de assentos para mulheres encaminhada pela bancada feminina. Dessa forma, inicialmente são discutidos teoricamente alguns dos argumentos presentes nas falas que invalidaram as cotas e também as ideias que embasam a defesa das mesmas medidas. Chega-se aos formatos nos quais as políticas de cotas vêm sendo adotadas e, assim, passamos tanto pelo formato existente hoje no Brasil, o qual prevê que as listas devem ser compostas por, no máximo, 70% de candidatos/as de um sexo e, no mínimo, 30% do outro, quanto pelo formato discutido em 2015 durante a reforma política, que previa a reserva de um determinado percentual de assentos a serem ocupados por mulh/eres.

A partir disso, o terceiro capítulo expõe tanto as discussões na Comissão Especial da Reforma Política quanto em Plenário, e parte para a análise de quais foram os argumentos mais mobilizados pelos defensores e pelos críticos do projeto. Foram utilizadas como materiais para a pesquisa as notas taquigráficas disponibilizadas no site da Câmara dos Deputados, tanto das reuniões e audiências públicas da Comissão Especial da Reforma Política, quanto as notas taquigráficas da tramitação da reforma no Plenário do dia 26/05/2015 até o dia 16/06/2015.

Além disso, com a finalidade de completar informações e pontos de vista, enriquecendo a narrativa da trajetória do projeto, o trabalho também buscou entrevistar parlamentares participantes da comissão que tiveram posições ativas em relação à proposta de cotas. Para isso, foram contatados os gabinetes das/o deputadas/o: Raquel Muniz, Moema Gramacho, Gorete Pereira, Josi Nunes e Marcelo Castro. Foi possível entrevistar a Deputada Josi Nunes e o Deputado Marcelo Castro, ambos do PMDB, que, apesar de serem do mesmo partido, posicionaram-se de maneira oposta quanto à medida, o que possibilitou entrar em contato com diferentes perspectivas do processo.

O presente trabalho busca, como já foi evidenciado, entender quais os fatores que se constituem como barreiras no Brasil para o aumento da presença de mulheres, no que se refere às possibilidades para tal através da transformação e do aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro.

## **CAPÍTULO 1 - CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE COTAS**

A questão da adoção de um sistema de cotas partidárias para a candidatura de mulheres ou da reserva de assentos nos Parlamentos evoca a discussão a respeito das possíveis interpretações assumidas pelo conceito de *representação política*. A defesa de mecanismos que garantam a maior presença de mulheres na esfera representativa implica em revermos de qual perspectiva a representação está sendo encarada. Da mesma forma, temos que nos questionar a respeito de *o que* e *quem* deve ser representado.

Para entendermos a defesa de um sistema de cotas, é preciso que passemos antes pelo debate a propósito dos sujeitos da representação e relativo aos compromissos assumidos pela/o representantes enquanto tal, bem como às formas que o seu papel tem sido entendido. Essa discussão se faz necessária para que entendamos as ideias que embasam a compreensão de que a garantia de mais mulheres eleitas, numa aproximação à *representação descritiva*, possa significar um aprimoramento do que entendemos por representação.

### **1.1 - Sentidos do Conceito de Representação**

Em sua obra *The Concept of Representation* (1972) Hanna Pitkin identifica quatro formas de representação: formalista, descritiva, simbólica e substantiva. A última é considerada pela autora a ideal e corresponde a uma maneira substantiva de agir pelos outros, de forma que quem representa age pelo interesse da pessoa representada, sendo responsivo a ela (Pitkin, 1967, p. 209). De maneira geral, estas quatro formas se dividem em duas acepções fundamentais, de modo que representação pode ser tanto agir pelas pessoas representadas, quanto colocar-se no lugar das mesmas (Pitkin, 2006).

É a primeira acepção que Thomas Hobbes sustenta em *O Leviatã*, ao afirmar que representar é receber autoridade para agir pelas/os representadas/os (Pitkin, 2006). Visão esta que, segundo Pitkin, integra a concepção formalista da representação, com ênfase na autorização. Esse foco é expresso por Hobbes na percepção do representante enquanto ator e da pessoa representada como autora e responsável pelas suas ações. Este é o problema da definição de Hobbes, para Pitkin, já que o portador dos direitos é o representante e sobre o representado recaem as responsabilidades. Assim, ele sustenta que o soberano não possui

obrigações em relação aos sujeitos que ele representa, pois, por antecipação, ele foi autorizado a todas as suas ações (Pitkin, 1967, p. 31).

Opostos à ideia da autorização, os teóricos da *accountability* partilham o entendimento de que o representante cumpre um papel e deve responder a alguém pelas suas ações (Pitkin, 1967, p. 55). No entanto, ambas as concepções integram, segundo Pitkin, a visão formalista devido ao seu aspecto que as torna igualmente vazias de conteúdo, pois a partir de nenhuma destas concepções entendemos o que acontece *durante* a representação, ou o que se espera das atividades desempenhadas pelo representante.

Da mesma forma, Maria D'Alva Kinzo (1980) aponta que o problema do caráter formal destas duas aceções está em localizar a definição da representação *fora* da relação entre representante e pessoa representada. Tal localização implica em desconsiderar que essa relação acontece mediante um conteúdo substantivo, o que significa desconsiderar os interesses tanto de grupo quanto individuais. Desconsiderados esses interesses, aquele que mais se destaca é a ideia genérica de interesse da nação (Kinzo, 1980, p. 26).

A noção de interesse da nação é aquela que encontramos ao nos aproximarmos da representação em Edmund Burke. A sua visão sustenta que o representante, no lugar de representar aqueles que o elegeram, representa a nação como um todo. O Parlamento figura como instituição de uma única nação, a qual possui apenas um interesse e este busca o bem comum da mesma enquanto um todo (Pitkin, 1967, p. 171).

Burke deixa claro, em seu *Discurso aos Eleitores de Bristol*, que a esfera de representação não é um espaço para vontades ou para interesses hostis uns aos outros, mas sim um espaço para a *razão* e o *julgamento*, onde o único interesse a reverberar é o *interesse comum* da nação. Assim, apesar da concepção de Burke repousar na representação de interesses, conforme Kinzo aponta, ele não está se referindo a interesses substantivos, mas sim bastante objetivos.

Contrários a esses interesses objetivos, que são tanto o interesse da nação, quanto aqueles pertencentes a localidades particulares, mas que emergem a partir do contexto de *deliberação*, estão os interesses do povo. Burke argumenta que estes interesses estão baseados em opiniões errôneas e são expressos por indivíduos que não necessariamente tenham participado de qualquer discussão a seu respeito. Os indivíduos portam consigo as suas particularidades na construção de interesses, contrários aos representantes que os constroem a

partir de debates no parlamento. Assim, os representantes, que compõem um grupo seletivo de homens de sabedoria, estarão aptos para encontrarem quais são os interesses verdadeiros (Kinzo, 1980, p. 33-34).

Os representantes irão compor o que Burke chama de *aristocracia natural*, uma elite necessária dada à incapacidade de autogoverno das massas. A representação enquanto filtro é expressa também por James Madison nos *Artigos Federalistas*, no qual a representação é o mecanismo que irá estabelecer uma aristocracia eleitoralmente definida.

Para Burke, repito, o Parlamento não se constitui em uma esfera de inclinações, mas sim em um lugar de domínio da razão e do julgamento. Embora todos possuam opiniões e o representante deva atribuir certo peso aos desejos e interesses de seus representados, a opinião significativa e respeitável é a dos parlamentares. Caracterizada como desviesada, e formulada a partir de um julgamento maduro, é ela que deverá prevalecer sob os interesses expressos pelo povo. Da mesma forma, Pitkin (2006) coloca que n' *O Federalista* se considera que os interesses são variáveis do mesmo jeito que os sentimentos das pessoas, de modo que o interesse que deve ser representado é o interesse da nação, um interesse objetivo e coletivo.

Por outro lado, para os antifederalistas a obtenção de uma verdadeira representação é aquela na qual sentimentos, interesses e opiniões são encontrados na esfera representativa da mesma forma em que elas aparecem entre as pessoas representadas.<sup>1</sup> A representação não pode funcionar como um filtro, o povo também deve estar nesse espaço. Identificamos aí o princípio de *representação proporcional*, segundo a qual a representação deve contar com a mesma composição da comunidade, dado que o seu objetivo é expressar um reflexo da opinião geral de um país (Pitkin, 1967, p. 62).

Passamos, então, para a segunda das duas fundamentais concepções da representação, aquela que entende que representar é *colocar-se* no lugar da pessoa a ser representada. Tal visão é criticada por Pitkin, por depositar toda a significação da representação nas características possuídas por representantes e, dessa forma, desconsiderando-se as suas formas de ação.

Aparecem, seguindo a divisão realizada por Pitkin, como integrantes dessa forma de compreensão tanto a representação descritiva, quanto a simbólica. A diferença entre as duas se

---

<sup>1</sup> *The Antifederalist Papers*. Michigan State: University Press, 1965.

dá a partir de que a primeira visa a um reflexo minucioso daquilo que queremos tornar presente, enquanto a segunda entende a representação a partir de uma forma abstrata de reflexo (Kinzo, 1980, p. 26). Sobre a representação simbólica, entendemos que o representante político deve ser visto em relação à sociedade da mesma forma em que uma bandeira será vista em relação a uma nação (Pitkin, 1967, p. 92).

A representação, da perspectiva simbólica, se torna algo que só pode existir caso se acredite na mesma (Kinzo, 1980, p. 26–27). É nesse contexto que Pitkin argumenta que a existência da representação política, dentro dessa visão, é dada a partir da resposta à pergunta “acredita-se no representante?”. A resposta para essa pergunta não encontra sua base em argumentos racionais, apenas em afetos (Pitkin, 1967, p. 102).

Por outro lado, a representação descritiva, apesar de também considerar que o principal é a tarefa de colocar-se no lugar do representado, vê a relação da/o representante com a população representada a partir das suas características. É dessa forma que a representação descritiva inclui no significado de representação a relação entre ambos, representante e pessoa representada. Chega-se ao papel de representante devido às suas semelhanças com as pessoas representadas (Kinzo, 1980, p. 28).

Dentro da concepção descritiva, ainda, Pitkin aponta que encontramos a posição *proporcionalista* adotada por John Stuart Mill. Para Mill, devem estar presentes no parlamento, proporcionalmente à forma como estão presentes na sociedade, todos os grupos que a compõem, de modo que assim como a maioria contará com a maioria dos representantes, deve ser assegurada às minorias uma minoria correspondente de representantes. É o critério de proporcionalidade das assembleias legislativas que assegura às mesmas que sejam representativas e integrem um governo igual.

A proporcionalidade apontada por Mill faz referência aos interesses e opiniões. O Parlamento deve ser o espaço onde cada pessoa pode encontrar alguém que expresse os seus interesses ou aquilo em que ela acredita (Mill, 1862, p. 116). A representação proporcionalista, sustentada por Mill, sugere a aproximação entre representantes e representadas/os através das semelhanças dos seus interesses. E estes interesses e opiniões estarão proporcionalmente representados na medida em que cada cidadão busque votar racionalmente naquele representante que melhor exprime ambos, seus interesses e suas opiniões.



De forma diferente, as teóricas feministas dos séculos XX e XXI também se aproximam da noção descritiva de representação. Enquanto a aproximação sugerida por Mill, essas teóricas inserem a *identidade* e as *perspectivas* partilhadas por representantes e representadas/os como fator de aproximação.

A revalorização da representação descritiva, na qual localizamos estas teóricas, é sintoma dos debates acerca da crise de representação pela qual estaríamos passando e aparece como um dos caminhos para reaproximar representantes e pessoas representadas. Conforme Luis Felipe Miguel (2014, p. 98), uma crise no sentimento de estar sendo representado tem comprometido a relação entre eleitores, candidatos, partidos políticos e parlamentares. Surgem, neste contexto de clara separação entre a minoria governante, que expressa características e interesses homogêneos, e uma maioria governada, propostas que têm entre seus objetivos ampliar, na esfera decisória, a *representatividade mimética*, a *diversidade de vozes e perspectivas*, além de aumentar a força de grupos marginalizados (Miguel, 2014, p. 181).

Dentre as propostas que são colocadas visando reduzir o distanciamento entre representantes e pessoas representadas aparecem tanto a implementação de sistemas que selecionem representantes de maneira aleatória, como em sorteios, quanto a adoção de mecanismos que garantam a presença de certos grupos, que é o caso das cotas eleitorais. Tais propostas têm como crítica mais contundente entre as demais, seguindo Miguel (2014), aquela que se refere aos problemas da *accountability*. Elas se baseiam no fato de que a adoção de mecanismos descritivos para a escolha dos representantes deixaria o processo de eleição mais dependente das suas regras do que de fato da vontade dos governados (Miguel, 2014, p. 182).

Vale ressaltar que a aproximação da representação descritiva não nega os componentes da representação formalista, *accountability* e autorização, enquanto instrumentos fundamentais na relação entre representantes e representados (Miguel, 2014, p. 116), mas a transcende, ao colocar também como fatores importantes identidades e perspectivas. As acadêmicas feministas não discordam de Pitkin no sentido de que o foco deve ser o que representantes fazem e não o que são, mas aproximam-se do que é sustentado por Anne Phillips, no sentido de que o sexo de quem representa pode interferir nas suas atitudes, mesmo não sendo o único fator que as influencia.

## 1.2 – Mecanismos Descritivos e a Questão do Mérito.

Dentre as propostas sugeridas enquanto mecanismos descritivos, encontramos as discussões de cotas para garantir a sua presença em esferas deliberativas. De acordo com Miguel (2014), o seu objetivo como mecanismo descritivo será de fazer com que grupos que costumam ficar ausentes, passem a ter sua presença garantida em tais esferas.

Entre as principais objeções feitas às ações afirmativas, entre as quais à política de cotas, estão as narrativas associadas ao conceito do *mérito*, pelo qual se alega que não é possível ignorar este fator para que se possa garantir a representação de grupos específicos. Em uma democracia liberal, o mérito aparece como um dos princípios de justiça e, conforme é colocado por Iris Marion Young (1990), fundamenta-se em um ideal de não discriminação, que considera que a existência de regras iguais impostas aos cidadãos será suficiente para que haja justiça. Se seguirmos o princípio do mérito, as posições em questão serão atribuídas aos indivíduos com as melhores qualificações e habilidade requeridas (Young, 1990, p. 200).

O que fundamenta essa ideia é o princípio liberal de *cidadão universal*, que se baseia no entendimento de que todos os indivíduos nascem livres e iguais. Para se preservar o aspecto universal do cidadão e da arena pública, por conseguinte, as particularidades são encerradas na esfera privada (Mouffe, 1992, p. 377). A concepção de universalidade pretende que diferenças entre indivíduos sejam deixadas de lado e substituídas por uma igualdade fictícia. Da busca pela universalidade e de um ponto de vista moral universal que abstrai todas as possíveis particularidades de grupos e indivíduos, nasce o ideal de imparcialidade (Young, 1990, p. 100). A possível adoção de medidas que assegurem maior representação de mulheres, segundo Phillips (2011), contraria esse argumento da universalidade, já que compreende que as diferenças sexuais são politicamente relevantes.

Retomando Young (1990) este ideal de imparcialidade visa suprimir identidades e sentimentos, reduzindo diferenças à unidade. Porém, é na busca pelo universal que a imparcialidade cria as dicotomias entre *esferas pública e privada*, entre *universal e particular* e entre *razão e emoção* (Young, 1990, p.97). Como é colocado por Phillips (2011, p. 341), ao almejar ignorar as identidades e as diferenças, a democracia liberal define, como padrão universal, o *masculino*. Se as diferenças são encerradas na esfera privada, e sendo o ideal universal masculino, o processo de busca de universalidade e imparcialidade é responsável por vincular a esfera privada às mulheres.

Se por trás da universalidade encontra-se um sujeito universal masculino, as regras e normas que regem a esfera pública, que seguem o ideal liberal e se pretendem neutras, não podem realmente o ser. Se seguirmos o argumento de Young (1990) teremos que regras de mérito serão aplicáveis apenas quando forem formuladas de maneira normativa e culturalmente neutra. Conforme a autora coloca, para elencar as qualificações dos indivíduos utilizamos estruturas culturalmente construídas e necessariamente políticas. O argumento do mérito, porém, busca despolitizar esse processo. Quanto àqueles que consideram que ações afirmativas promovem a discriminação e tentam fundamentar sua opinião contrária a partir disso, Young (1990) responde que elas são de fato discriminatórias, porém, é a opressão sofrida por determinados grupos que deve ser combatida e não, especificamente, a discriminação.

É neste sentido que Nancy Fraser entende que a justiça exige tanto o aspecto da *redistribuição* quanto o aspecto do *reconhecimento*. Apesar de o aspecto redistributivo exigir uma redistribuição que suprima as diferenças, o aspecto da justiça como reconhecimento busca a sua visibilidade, através de uma mudança cultural (Fraser, 2001). Embora as possíveis soluções para injustiças de distribuição ou de classe e injustiças de reconhecimento sejam comumente desassociadas, Fraser (2007) postula que a justiça hoje requer ambas as formas de solução, não podendo se fixar apenas em redistribuição. Segundo a autora, o remédio para a injustiça reside em remover os impedimentos da participação paritária; o não reconhecimento surge, neste modelo, quando não há paridade de participação devido às normas culturais (Fraser, 2007, p. 108).

Nesse sentido, Young (1990) se opõe às concepções de justiça social como políticas meramente distributivas. Conforme a pesquisadora argumenta, a compreensão da justiça deve ter como base os conceitos de *dominação* e de *opressão* e não padrões distributivos. Ideais de justiça que se resumem a padrões distributivos tendem a assumir como dadas as estruturas institucionais e a não problematizarem a sua constituição e, assim, princípios de mérito tendem a se consolidar como irrefutáveis. Enfatizar a opressão e a dominação para a conceitualização da justiça significa romper com o princípio liberal clássico que enxerga apenas uma subjetividade universal.

Ao postular que a justiça requer que compreendamos a pluralidade de sujeitos, John Rawls também abandona a concepção da subjetividade universal e procura compreender como princípios orientadores da justiça o princípio de *igual oportunidade*, que postula que os indivíduos devem contar com um extenso sistema de liberdades que serão iguais entre todos, e;

o princípio da *diferença*, o qual justifica desigualdades que beneficiem indivíduos desfavorecidos, sendo relacionadas a posições acessíveis para todos (Miguel, 2014, p. 276).

Ao pretender a justiça como *equidade*, Rawls considera que os princípios da justiça serão estabelecidos a partir de um processo equitativo de cooperação. Os termos equitativos que irão estabelecer essa cooperação serão definidos por meio de um acordo entre indivíduos livres e iguais, no que ele chama de *posição original*. (Rawls, 2005).

A noção de posição original adotada por ele se torna uma forma de transcender os problemas que tem origem no fato de as pessoas ocuparem diferentes posições sociais. Para que seja possível o acordo que descrevemos acima, as partes devem estar simetricamente situadas, desse modo, as diferentes posições sociais ocupadas pelos indivíduos não devem influenciar em princípios de justiça que as beneficiem (Rawls, 2005, p. 67). A posição original abstrai as contingências do mundo social (2005, p. 66); tal abstração será alcançada pelo *véu da ignorância*, que possibilita que as pessoas ignorem suas posições sociais e as dos demais na elaboração dos princípios de justiça.

Conforme aponta Young (1990, p. 101), apesar de assumir a existência de uma pluralidade de sujeitos, Rawls também alcança o ideal de *imparcialidade* ao expor o seu conceito de posição original. Segundo ela, ao mesmo tempo em que ele enxerga a pluralidade de sujeitos, a elaboração da posição original retira as diferenças e também os possíveis dissensos, já que todos irão refletir a partir dos mesmos princípios.

Além das críticas liberais dirigidas às cotas, baseadas em ideias de mérito, justiça e discriminação, criando barreiras para a promoção da participação de grupos, surgem, por outro lado, questões referentes à definição dos grupos que deveriam ser atendidos por tais mecanismos. No mesmo sentido, Phillips (2011, p. 346) pontua que deve ser utilizado algum mecanismo que garanta a participação de grupos que, devido a uma característica particular, têm a sua participação limitada. Mecanismos que serão aplicáveis enquanto for determinante a característica em questão.

Entretanto, ao determinar os grupos, a política de cotas parece operar no sentido contrário do seu objetivo, de modo que diferenças que deveriam desaparecer são, na verdade, perpetuadas (Miguel, 2014, p. 183). A propósito dessa questão, Phillips (2011) entende que ao mesmo tempo em que podemos desejar que tais diferenças não existam, elas ainda existem, assim, não é honesto suprimi-las enquanto elas ainda não tiverem sido, de fato, vencidas.

Quando falamos em mecanismos compensatórios para mulheres, passamos a admitir diferenças estruturais e seus efeitos. Para Phillips, “[...] quando nos movemos para o terreno dos mecanismos, como com certeza devemos, lidamos explicitamente com a diferença e com o reconhecimento dela como questão política” (Phillips, 2011, p. 342).

Enquanto algumas teóricas assumem as diferenças estruturais e sociais impostas aos sexos para que, a partir disso, as mesmas sejam reduzidas, também surgem outros caminhos para fundamentar a importância da presença feminina na política e, conseqüentemente, de um sistema que garanta essa presença. Neste sentido, se, de um lado, encontramos explicações preocupadas em não criar justificativas generalizantes e essencialistas, a *ética do cuidado*, como é conhecida, perpetua a atribuição de diferentes papéis sociais para mulheres e homens e as estende para o campo político.

### **1.3 – Ética do Cuidado, Perspectivas e Identidades**

Indo na contramão da busca de desessencializar papéis de gênero e identidades, algumas teóricas políticas buscaram explicar a função das mulheres na política devido ao seu diferencial moral. Ao se basearem na obra de Carol Gilligan, *In a Different Voice* (1982), elas descrevem que o modelo liberal é responsável por criar um espaço de deliberação política apenas conforme valores masculinos, o que chamam de *ética da justiça*, e oposta aos valores femininos, que corresponderiam à *ética do cuidado* (Mouffe, 1992).

Como é apontado por Miguel (2001, p. 59), a obra de Gilligan não busca engessar características ao comportamento das mulheres, mas sim apontar a necessidade de que outro padrão de moral seja reconhecido. A segunda voz não é definida pelo gênero, mas é associada às mulheres através de observações empíricas. Ela deixa claro que essa relação não deve ser vista de maneira absoluta, nem que sejam feitas, a partir dela, generalizações a respeito de algum dos sexos. Sua intenção é ilustrar duas formas de pensamento (Gilligan, 1982, p. 2).

Para explicar o desenvolvimento da segunda voz, Gilligan se baseia na obra de Chodorow, para quem a diferença quase universal entre características da personalidade masculina e feminina seria advinda do fato de que mulheres tendem a ser responsáveis pelo cuidado das crianças. Assim, meninos construiriam sua personalidade masculina a partir da sua diferenciação e individuação em relação à mãe, enquanto meninas enfatizariam aspectos relacionais. Por isso, conforme Gilligan indica, Chodorow vê que, enquanto homens serão

desafiados por relações de intimidade, mulheres enfrentarão problemas de separação, o que será visto como um problema em desenvolver sua individualidade.

É nesse sentido que Gilligan (1982) mostra que são opostas as características esperadas em adultos e em mulheres. Desse modo, ao mesmo tempo em que se espera que na vida adulta os indivíduos sejam capazes de pensamentos autônomos e habilidades intelectuais que deverão estar desconectadas de capacidades expressivas, de forma que seja separado o trabalho do amor, essas características serão indesejáveis em mulheres. Assim, as características adultas de habilidades instrumentais são identificadas como masculinas, enquanto ao domínio feminino são relacionadas habilidades expressivas e emocionais.

Como os aspectos relacionados à intimidade, ao cuidado e aos relacionamentos têm sido considerados uma questão de instintos e explicados anatomicamente, psicólogos deixaram de explicar o seu desenvolvimento (Gilligan, 1982, p. 17). Gilligan (1982), no entanto, considera estes aspectos como centrais ao desenvolvimento moral encontrado nas mulheres, e não apenas uma questão intuitiva.

As mulheres, conforme Gilligan, tendem a ser canal de expressão de uma voz diferente, demonstram maior sensibilidade às necessidades dos outros, a partir da responsabilidade assumida para com o cuidado destes. Isso faz com que elas considerem outras vozes ao elaborarem seus julgamentos, além de julgarem a si mesmas tendo em vista a sua capacidade de cuidar. (1982, p. 16–17).

No entanto, as teóricas políticas que partem dessa concepção se valem de uma perspectiva generalizante. Entre elas, Jean Bethke Elshtain, que em sua obra *Public Man, Private Woman* (1981), busca valorizar o posicionamento social das mulheres e os assuntos a ele relacionados, colocando que estes trariam uma abordagem diferente à esfera política. Nesse sentido, a questão para Elshtain é o rebaixamento das atividades desempenhadas por mulheres por ideologias masculinas, mas não as atividades em si.

Elshtain revaloriza a esfera privada e a família, instituição que, para ela, é essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas (1981, p. 327). Além disso, como ela não vê problema em essencializar comportamentos e preocupações femininas, afirma que, se as mulheres expressam uma voz moral comprometida com o cuidado e com a responsabilidade, conforme postulado por Gilligan, deve-se preservar a esfera que possibilita a sua constituição, a família e a esfera privada (1981, p. 335).

Nesse sentido, Miguel afirma que é legítimo reivindicar a revalorização de temas hoje atribuídos a mulheres, assim como questionar a hierarquia dos temas políticos, como as tarefas de cuidado e a própria maternidade, mas tal reivindicação é feita ao mesmo tempo em que se naturaliza o vínculo entre mulheres e estes temas, engessando a identidade das mulheres (2001, p. 261). Ainda segundo Miguel, dizer que há uma superioridade moral compartilhada pelas mulheres opera para manter a sua subalternidade (2001, p. 262).

Se, por um lado, encontramos como justificativa para ser aumentada a presença de mulheres nas esferas representativas a noção de que elas se diferenciam dos homens pela moral e sensibilidade na política, também veremos argumentos que, ao contrário, não aceitam atribuir como justificativas diferenças inatas, mas sim estruturais (Miguel, 2001, p. 265), como já mencionado anteriormente. Encontraremos, por este lado, a valorização das mulheres na esfera representativa pelas suas diferentes perspectivas e experiências.

A ideia de representação de grupos enquanto um meio que garanta pluralidade de perspectivas presentes nas esferas representativas é inserida por Iris Marion Young como forma de contrapor-se aos essencialismos da representação de interesses ou opiniões que encerram um grupo em determinados posicionamentos ou interesses. A valorização da presença de perspectivas na esfera representativa de Young (2000) nos leva a entender os indivíduos enquanto posicionados em grupos e estruturas sociais, porém sem que esta estrutura determine suas identidades.

Sem apresentar conteúdos específicos, as perspectivas consistem muito mais em um ponto onde se iniciam os raciocínios, e não onde encontramos conclusões. Diferentes perspectivas tornariam diferentes aspectos da realidade mais visíveis do que outros (Young, 2000, p. 163). No entanto, conforme vemos em Miguel (2014, p. 208), afirmar a importância da presença de diferentes perspectivas não implica na desvalorização da representação de interesses ou de opiniões, mas sim na inserção um terceiro aspecto a ser incorporado na esfera de tomada de decisões.

A noção de representação de perspectivas para a representação de grupos também é incorporada por Phillips. Ao diferenciar a *política de ideias* da *política de presença*, Phillips (2001) define a primeira como aquela que localiza a diferença no campo intelectual, enquanto diversidade de opiniões e crença e centradas em programas políticos; por outro lado, a política de presença, argumenta que as diferenças repousam em experiências e identidades encontradas na formação de diferentes grupos. Como aponta Miguel (2014), o uso do termo identidade será

progressivamente substituído pela ideia de perspectivas. Apesar de ambos os termos, perspectivas e identidades, cumprirem o mesmo papel, no sentido de exigirem a presença política, destacando aspectos que não podem ser representados sem que haja, de fato, presença nas esferas decisórias, o termo *perspectiva* passou a ser mais utilizado pois permite um aspecto de representação menos essencialista (Miguel, 2014, p. 207). Como descrito anteriormente, a perspectiva não é um espaço que cria conclusões; ela não encerra determinados conteúdos a grupos específicos, mas valoriza as experiências advindas da sua posição enquanto grupo. (Miguel, 2014, p. 208)

Conforme é apontado por Miguel (2014), adotar o conceito de perspectiva permite defender a presença de mulheres na arena política, sem que seja necessária a defesa de uma moral ou sensibilidade diferente, nem da ideia de interesses específicos. Assim, valorizar a inclusão de perspectivas plurais como parte da representação se torna a terceira via de argumentação para fundamentar a presença política das mulheres, driblando os essencialismos das outras duas possibilidades de argumentação.

Assim, a política de presença, trazida por Phillips e que passa a incluir o conceito de perspectivas, adotado por Young, constitui-se enquanto valorização da pluralidade nas esferas deliberativas. Desse modo, a defesa da política de presença entende que, no horizonte da democracia, está o interesse público e, para tal, é necessário que a pluralidade social seja levada em consideração.



## **CAPÍTULO 2 – POLÍTICA DE COTAS: JUSTIFICATIVAS, FORMATOS E CONDICIONANTES**

Discutir a política de cotas vigente hoje no Brasil, assim como o momento mundial em que as mesmas são aderidas, implica que fundamentemos a importância do papel que estas cumprirão, e para isso precisamos olhar para a histórica exclusão das mulheres da esfera política. Miguel e Biroli (2011) dividem em três as vias explicativas para a sub-representação de mulheres; a primeira destaca o caráter patriarcal das instituições políticas liberais, dentro desta crítica, a divisão sexual do trabalho aparece como uma consequência dos valores que estruturam o liberalismo.

A segunda forma de explicação para a sub-representação feminina sustenta-se na análise dos padrões de socialização que tende a diminuir a ambição política feminina ao construir os espaços decisório enquanto espaços masculinos. No entanto, diferente da primeira vertente de explicação, aqui os problemas estruturais das sociedades liberais não são questionados. Ela apenas parte das condições dadas, aceitando os pressupostos do liberalismo quanto às esferas pública e privadas. Nesta via, investiga-se quais são os pontos que contribuem para que membros de alguns grupos não consigam obter sucesso na sua busca de posições políticas. (Miguel; Biroli, 2011).

Desse modo, são identificados os obstáculos imposto aos integrantes de grupos minoritários, entre eles está a obtenção de direitos políticos. Conforme colocam Miguel e Biroli (2011) o longo período em que houve uma coexistência entre o direito conquistado de voto e candidatura das mulheres e a sua ausência nas esferas representativas, deixa evidente a influência de outros fatores que barram a sua participação, dentre eles: as estruturas partidárias; constrangimentos específicos enfrentados por mulheres, principalmente relacionados ao trabalho doméstico e preocupações familiares.

Já a terceira via indicada por eles se dirige aos constrangimentos estruturais que se impõem à participação política das mulheres, estando entre eles o baixo acesso aos recursos materiais para campanhas, quanto a menor disponibilidade de tempo de livre das mulheres em relação aos homens. Deste modo, essa via está mais vinculada à primeira, já que ambas problematizam as divisões liberais entre a esfera pública e privada e a forma como as mulheres são posicionadas dentro delas.

Às mulheres foi legada apenas a esfera privada, da família, enquanto que aos homens coube a esfera pública e política. Como é apontado por Miguel (2001), justificativas para a exclusão das mulheres da esfera política são apresentadas pelos três principais autores contratualistas, Hobbes, Locke e Rousseau. Carole Pateman, na sua obra clássica, *O Contrato Sexual* (1993), registra que o contrato original, que teria fundado a atual forma de sociedade civil e de direito político, é também um contrato sexual. Através dele cria-se tanto a liberdade, quanto a sujeição; a liberdade dos homens e a sujeição das mulheres. Embora se fale de liberdade civil universal, a liberdade é um atributo masculino presente, apenas, na esfera pública.

É nesse sentido que temos que a esfera pública e privada, originadas pelo contrato da forma como são tradicionalmente concebidas, são responsáveis pela criação, respectivamente, de relações consideradas como sendo entre indivíduos iguais, bem como de relações hierárquicas. Conforme Pateman (1993), a esfera pública é de domínio do indivíduo, da legislação civil e da liberdade, é a esfera dos homens, do sujeito universal do liberalismo. Às mulheres, resta a esfera privada. Considerada politicamente irrelevante, ela é, na verdade, a base para que a esfera pública exista. A esfera privada, surgindo como o âmbito que permite relações de dependência e subjugação entre seus integrantes, transforma a mulher e os filhos em dependentes da vontade do homem, o qual atua na esfera pública como indivíduo livre e entre iguais. Além disso, a mulher passa a ser vista como naturalmente subordinada à família.

No entanto, como é evidenciado por Pateman (1993), as divisões entre as esferas privada e pública, que atribuem diferentes papéis para homens e mulheres, nada têm de naturais. A sujeição das mulheres e sua necessária associação ao mundo privado, à casa e ao cuidado, têm uma história que se inicia junto com o contrato social e é sustentada por uma série de discursos políticos, que naturalizam o social. Dentre algumas das críticas direcionadas ao trabalho de Pateman, está o questionamento quanto ao uso do termo patriarcal, nesse sentido, questiona-se o uso do termo para descrever sociedades modernas pós-patriarcais (Miguel; Biroli, 2011, p. 84).

Sylvia Walby (1990) divide duas noções de patriarcado, uma relacionada com a esfera privada e outra com a esfera pública. Conforme ela coloca, entre as vitórias da primeira onda do feminismo que se situa entre os anos de 1850 e 1930, estão os direitos civis das mulheres e a sua entrada definitiva na esfera pública (Walby, 1990, p. 185). Porém, com o acesso formal das mulheres a esta esfera, o patriarcado também se reconfigura. Desse modo, Walby define o patriarcado privado como aquele que exclui as mulheres da esfera pública. Nele, o homem,

como marido e pai, é o principal beneficiário da sua subordinação; por outro lado, a transição para o patriarcado público se dá quando não é mais negado às mulheres o acesso à esfera pública, porém são utilizadas estratégias segregacionistas (Walby, 1990, p. 178).

A estratégia segregacionista presente no patriarcado público permite o acesso à arena pública, mas um acesso subordinado, de modo que, além de executarem atividades segregadas, as mulheres também serão menos remuneradas. As mulheres adentram a esfera pública, mas não em termos iguais; ao mesmo tempo que são subordinadas no espaço de trabalho remunerado, a sua submissão na esfera privada abrange a divisão do trabalho doméstico, as práticas sexuais e ainda a violência doméstica contínua (Walby, 1990, p. 180).

Ainda relacionado com as vias explicativas para a sub-representação de mulheres que criticam as formas estruturantes do liberalismo encontramos o impasse entre a extensão e a restrição do liberalismo. De acordo com Miguel e Biroli (2011, p. 86), ele opõe de um lado o desejo de que o universalismo inclua as mulheres com uma agenda neutra quanto ao gênero, e do outro a demanda de que as mulheres sejam incluídas como tal, de modo que as especificidades de gênero não sejam ignoradas. Deste modo, a crítica à universalidade deve ser acompanhada por transformações das instituições e das estruturas das democracias. No entanto, dentre as teorias advindas da concepção de que a inclusão deve estar baseada na identidade de gênero, está a perpetuação do modelo dual que vê a mulher como o outro, o que se opõe ao mesculino, que é o caso da teoria discutida no capítulo anterior da ética do cuidado. (Miguel; Biroli, 2011, p. 86).

A partir disso, temos um plano de fundo para entender a histórica exclusão feminina das esferas pública e política. Quando reconhecemos as barreiras historicamente criadas que impedem o acesso de mulheres a cargos políticos, podemos vê-las como necessárias para compensar todos os obstáculos impostos a sua participação (Dahlerup, 2003). As cotas têm como objetivo equilibrar a presença política feminina, através de mecanismos que, realmente, forcem a sua entrada, limitando a iniciativa exclusiva dos partidos políticos nos processos de seleção de candidaturas (Peschard, 2002, p. 1).

## **2.1 – Contexto Mundial e Aprovação da Lei de Cotas do Brasil.**

À medida que são adotados mecanismos que têm como objetivo a sua maior presença no campo político, os resultados podem manter os mecanismos em questão ou evidenciar a

necessidade repensá-los. Considerando a lei de cotas vigente atualmente no Brasil, que garante ao menos 30% de candidaturas para a Câmara de Deputados, para cada sexo, e o atual percentual de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados, 9,9%, vê-se que essa estratégia deve ser repensada.

Para tal, é importante voltar ao contexto histórico no qual o mundo discutia a participação política feminina, o que proporcionou que vários países adotassem alguma forma de ação afirmativa. Assim, podemos verificar quais os fatores que trouxeram a política de cotas para discussão e aprovação no Brasil. Cabe, ainda, buscarmos as razões para que, no país, elas não tenham tido o efeito esperado. Para tal, é necessária a discussão a propósito dos sistemas eleitorais que favorecem seja a participação de mulheres em si, seja a aplicabilidade das cotas. Por fim, analisamos quais destes fatores condicionantes estão presentes no sistema eleitoral brasileiro e na sua lei de cotas.

Apesar dos 1960 e 1970 terem sido marcados por uma atuação das feministas mais próximas aos movimentos sociais, já que os mesmos lhes garantiam maior autonomia, a década de oitenta aparece como um momento em que elas percebem que, para garantir os efeitos de suas iniciativas, precisariam estar, também, dentro do Estado. Aparecem com intensidade nesse período as demandas por igualdade salarial e ganha força o debate acerca da participação política das mulheres (Lovenduski, 1993, p. 114).

Olhando para o caso brasileiro e inserindo-o no contexto de alteração da atuação entre as décadas descritas por Lovenduski (1993), temos as décadas de 1960 e 1970 marcadas pela ditadura militar e a década seguinte pela transição para o regime democrático. Assim, de acordo com Cynthia A. Sarti (2001), no fim dos anos de 1960 e a década de 1970 os movimentos feministas concentravam suas pautas nas liberdades democráticas e na oposição à ditadura. Já na década seguinte, com a lei de anistia, dá-se o encontro entre os feminismos locais elaborados pelas mulheres que permaneceram no Brasil e as perspectivas trazidas de outros países. Além disso, esse período é marcado pela entrada destas mulheres nas esferas partidárias, em sindicatos e associações (Sarti, 2001, p. 41).

Ainda antes de entrarmos nas dinâmicas dos anos 1980, o ano de 1975 foi reconhecido pela ONU como ano internacional das mulheres, consolidando-se, então, o movimento feminista no Brasil, dando legitimidade para as suas pautas e contribuindo para a criação de uma série de organizações de mulheres como *Nós Mulheres*, *Movimento Feminino pela Anistia*,

*Brasil Mulher*, (Sarti, 2001, p. 36) mas ainda no contexto em que o principal inimigo era o regime autoritário.

A década de 1980 no Brasil é marcada pelo processo de redemocratização; Neste período, Céli Pinto (2003) localiza a terceira fase do feminismo brasileiro, que tinha entre as suas questões a forma como se daria a aproximação entre os movimentos de mulheres e o Estado. Este movimento de aproximação, como identifica Sonia Alvarez (1990), enfrenta a contradição de que ao mesmo tempo em que se apresenta como o espaço para a conquista das transformações almejadas pelo movimento feminista, a esfera pública se constrói sobre o confinamento das mulheres na esfera privada.

Assim, os anos de transição para a democracia foram marcados por algumas aproximações polêmicas entre organizações de mulheres e feministas e o Estado, o que levou a intensos debates entre feministas institucionalizadas e feministas autonomistas. Entre estas aproximações, Alvarez (1990, p. 198) cita a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no estado de São Paulo, em 1982, pelo governo oposicionista do PMDB. Dentre as insatisfações manifestadas por movimentos feministas, estava o questionamento quanto à legitimidade deste órgão como conquista do movimento feminista como um todo, bem como o questionamento quanto ao papel que seria cumprido por ele. Perguntava-se se seriam representadas as demandas dos diversos setores de mulheres ou se seriam silenciadas as demandas que não coincidissem com a agenda das mulheres do PMDB (Alvarez, 1990, p. 199).

Para expor os impasses da relação dos movimentos feministas e de mulheres com o CECF, Alvarez (1990) relata a forma de atuação do Conselho durante mobilizações em torno da política de planejamento familiar e em torno da construção de creches. Segundo ela, o CECF teve uma atuação importante no desenvolvimento das políticas de planejamento familiar, garantindo o acesso seguro e não coercitivo a métodos contraceptivos, sem seguir o padrão dessas políticas em países em desenvolvimento, que costumam consistir em distribuições arbitrárias entre mulheres pobres e negras (Alvarez, 1990, p. 203).

Por outro lado, no que se refere à questão da construção de creches, a posição do CECF foi ambígua, de forma que, apesar de crítico às propostas tradicionalistas do governo, referendou tal posição, já que era parte do aparato estatal. (Alvarez, 1990, p. 213). Alvarez justifica a sua escolha destes dois pontos como exemplos para evidenciar as dificuldades de inserção de diversos interesses mulheres em uma esfera pública masculina e burguesa, ressaltando que os dois exemplos escolhidos têm recorte de classe e raça.

Dentre as críticas feitas durante essa aproximação, figuram as questões referentes à necessidade de que feministas dentro de um Estado predominantemente masculino deveriam suavizar suas demandas e abri-las a negociações; à absorção, feita pelo Estado, do dinamismo do feminismo enquanto movimento social; além da burocratização de antigas líderes de movimentos feministas, que ao entrarem no Estado, serviam a ele, e não ao movimento (Alvarez, 1990).

Como vemos em Costa (1998), apesar de algumas integrantes do movimento feminista perceberem a sua relação com o Estado como fator que colocaria em risco a sua autonomia, elas também tinham consciência das capacidades políticas do movimento feminista ao se confrontar com o aparelho estatal patriarcal. Assim, ao mesmo tempo em que ações deveriam ser iniciadas por dentro do Estado, caberia ao movimento feminista, enquanto movimento social, pressionar e controlar as ações dos órgãos voltados para mulheres e criados pelo Estado (Costa, 1998, p. 7).

Em seguida, o período da Assembleia Constituinte (1987-88), é caracterizado por ações de mulheres organizadas dentro da esfera política. As mulheres deputadas durante este período eram 26 e correspondiam a 5,7% da Casa; destas, apenas uma já havia atuado publicamente como feminista, as demais pertenciam em grande parte a partidos políticos à direita (Pinto, 1994). Conforme colocado por Céli Pinto (1994), as deputadas se uniram para formação da Bancada Feminina e formularam 30 emendas que contemplavam reivindicações feministas do momento, em um movimento que acabou conhecido como lobby do batom. Além disso, a década também foi marcada pela criação, em 1985, do Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), criado a partir da pressão exercida por movimentos feministas e de mulheres. A pauta da participação política é aderida pelo CNDM na década de noventa, tendo como base as resoluções da conferência de Beijing (Jurema, 2001).

Voltando para o contexto internacional, em 1979 é adotada pela ONU a CEDAW (*Convention on the Elimination of All Discrimination Against Women*), que tem como cerne a igual participação entre homens e mulheres na vida pública (Ballington, 2005). Além disso, a partir de 1975, têm início as conferências mundiais das Nações Unidas sobre a mulher, que aconteceram no México em 1975, em Copenhague em 1980, em Nairóbi em 1985, e em Beijing em 1995.

A IV Conferência das Nações Unidas Sobre a Mulher, que aconteceu em Beijing, é destacada como a mais importante entre as conferências, devido ao seu grande número de

participantes e à sua influência em mudanças programáticas e conceituais na época e ainda hoje. Dentre as inovações consagradas pela conferência estão: o conceito de *gênero*, a noção de *empoderamento* e o enfoque na *transversalidade* (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher das Nações Unidas, de 1995).

A conferência produziu a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, que lista entre as suas prioridades a busca da participação paritária de mulheres nas esferas de poder. Para isso, o documento coloca a garantia da representação de interesses das mulheres e da conquista do equilíbrio entre a presença de homens e mulheres em postos governamentais e na administração pública, se necessário, através das políticas de ação afirmativa.

Depois da conferência de Beijing, as cotas passaram a ser adotadas em vários países da América Latina, sendo visível o efeito da conferência, já que o ano de aprovação na maior parte dos países varia entre 1996 e 1997; nestes anos as cotas foram adotadas em 10 países latino-americanos, entre eles o Brasil. Vale ressaltar que a lei de cotas da Argentina já havia sido aprovada quatro anos antes, em 1991.

Mona Lena Krook (2009) elenca, entre os fatores que levam à implementação de cotas, o papel desempenhado pelas normas e organizações internacionais. Entre os mais importantes documentos que influenciaram a adoção destas políticas, está a CEDAW e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing. Conforme ela aponta, apesar de muitos movimentos locais terem iniciado localmente antes, organizações internacionais, ao abraçarem essas pautas, operaram como catalisadores e contribuíram para a sua legitimidade (Krook, 2009, p. 25).

Assim, depois da conferência de Beijing, houve um grande aumento no número de países com cotas para mulheres, tendo em vista que, entre as décadas de 1930 e 1980, apenas estabeleceram cotas. Durante os anos 1980, quando já haviam ocorrido duas conferências mundiais sobre a mulher, outros 20 países implementaram políticas de cotas; durante a década de 1990 mais 50 países as adotaram, seguidos por mais aproximadamente 40 países (Krook, 2009, p. 4).

As discussões e a posterior aprovação da lei de cotas para candidaturas de mulheres, no Brasil, que acontece na década de 1990, estão inseridas em um contexto em que a mesma já vinha sendo uma questão mundialmente debatida nos últimos anos. Sob os efeitos da conferência de Beijing, ainda em 1995, dentro da lei que estabeleceu as regras para as eleições

municipais de 1996, foi determinado que 20% das candidaturas deveriam ser preenchidos por mulheres (Grossi e Miguel, 2001). Antes de serem encaminhadas enquanto projeto de lei para cotas de candidaturas, acompanhando o movimento mundial que debatia as relações entre as mulheres e a esfera política, a política de cotas para diretoria partidária já havia sido voluntariamente adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991 (Araújo, 2003, p. 3).

Quanto à lei de cotas, antes da conferência, a então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) já havia apresentado na Câmara o PL 783/95, que instituía que 30% das candidaturas aos cargos legislativos nas eleições municipais de 1996 deveriam ser de mulheres. No entanto, após a conferência, a fim de que o projeto fosse aprovado, as cotas foram reduzidas para 20% das candidaturas dos partidos ou coligações e inseridas na lei 9.100 de 1995, que estabeleceu as normas para as eleições municipais de 1996. A mesma lei, no entanto, ao mesmo tempo em que definiu os 20% de candidaturas de mulheres, estabeleceu também que partidos e coligações poderiam registrar até 120% das vagas a serem preenchidas. Assim, o texto da lei garantia que:

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.  
§ 1º Os partidos ou coligações poderão acrescer, ao total estabelecido no caput, candidatos em proporção que corresponda ao número de seus Deputados Federais, na forma seguinte:  
I - de zero a vinte Deputados, mais vinte por cento dos lugares a preencher;  
II - de vinte e um a quarenta Deputados, mais quarenta por cento;  
III - de quarenta e um a sessenta Deputados, mais sessenta por cento;  
IV - de sessenta e um a oitenta Deputados, mais oitenta por cento;  
V - acima de oitenta Deputados, mais cem por cento.  
§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, tratando-se de coligação, serão somados os Deputados Federais dos partidos que a integram; se desta soma não resultar mudança de faixa, será garantido à coligação o acréscimo de dez por cento dos lugares a preencher.  
§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

Em 1997, a Lei 9.504 ampliou as cotas aprovadas dois anos antes, tornando-as válidas para todos os cargos proporcionais, e alterou a sua redação para assegurar um mínimo de 30% e máximo de 70% de qualquer um dos sexos. (Grossi e Miguel, 2001). Porém, ela também aumentou a porcentagem de candidaturas, afirmando que os partidos políticos poderiam registrar candidatos até 150% do número de vagas a serem preenchidas; já as coligações poderiam registrar candidaturas até o dobro das vagas em disputa.

Quanto ao processo de tramitação do projeto, conforme vemos em Araújo (2003), o debate não foi tão problemático quanto em outros países. Conforme ela coloca, partidos de



direita demonstraram abertamente posições contrárias ao projeto da deputada Marta Suplicy, mas deputados de partidos de esquerda, inclusive o de Suplicy, também apresentaram objeções. Dentre elas, era frequente a acusação quanto ao caráter discriminatório das cotas; dessa forma, elas eram vistas tanto como uma negação ao direito de oportunidades iguais, quanto como a atestação da menor capacidade das mulheres (Araújo, 2003, p. 5). Por outro lado, Clara Araújo (2003) destaca como os argumentos favoráveis o caráter transitório da proposta de cotas, o seu valor simbólico como incentivo para outras mulheres, além de enfatizar a sua contribuição para legitimar a democracia.

Com o intuito de avaliar as experiências das eleições municipais de 1996 e nacionais de 1998, o Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, que aconteceu no ano 2000, buscou entender porque, apesar da implantação das cotas, os resultados das eleições não refletiram em nenhuma mudança (Grossi e Miguel, 2001). Entre as razões, parlamentares participantes do seminário expuseram as dificuldades impostas pelas exigências da vida familiar, além da estrutura das eleições no país, que acontecem por lista aberta e não fechada, bem como a estrutura interna dos partidos, que tendem à exclusão das mulheres nas principais disputas eleitorais (Grossi e Miguel, p. 190, 2001).

As insatisfações manifestadas em 2000 seguem as mesmas, já que, passados vinte anos da conferência de Beijing e da primeira aprovação da lei de cotas no Brasil, ainda não foi possível verificar um aumento substantivo e condizente com as expectativas das cotas que reservam 30% das candidaturas para mulheres. Nas eleições de 2014, foram eleitas apenas 9,9% de mulheres na Câmara dos Deputados no Brasil. Para compreender a ineficiência da lei de cotas brasileira, é fundamental entender o sistema eleitoral no qual elas estão inseridas e quais os aspectos que contribuem para isso.

## **2.2 – Sistemas Eleitorais, Política de Cotas e Reserva de Assentos.**

Pippa Norris (2004) descreve que os fatores relacionados com o número de mulheres eleitas vão desde os sistemas e as leis eleitorais, até padrões culturais e níveis de desenvolvimento. No que se refere aos padrões culturais, a participação política das mulheres será prejudicada em sociedades mais tradicionais, de forma que os partidos tenderão a falhar ao introduzir políticas de cotas voluntárias (Norris, 2004).

Voltamo-nos para os sistemas e as leis eleitorais, tendo em vista a afirmativa de Richard Matland (2005) de que, ao contrário das culturas e valores tradicionais ou dos níveis de desenvolvimento do país, leis eleitorais são mais rapidamente transformadas. Antes de abordarmos os sistemas e as leis propriamente ditos, direcionamo-nos para o processo de recrutamento de candidatas/os, que corresponde à transição entre atingir os critérios de elegibilidade e tornar-se de fato membro do parlamento, processo que será afetado de diferentes formas pelas regras partidárias, pela cultura e pelo sistema eleitoral do país. (Matland, 2005, p. 93).

Em meio às principais dificuldades encontradas por mulheres que desejam se candidatar, Norris (2004) coloca a preferência de *gatekeepers*, aqueles que irão selecionar os candidatos, pela reeleição de candidatos em exercício, dado que essas são candidaturas que já obtiveram sucesso, ou, caso não haja um candidato para a reeleição, os partidos tenderão a optar por candidatos que compartilham suas características, ou seja, homens brancos e de meia idade.

Conforme apontado por Matland (2005), as mulheres enfrentarão três etapas de seleção: a autosseleção enquanto candidatas, ou ambição política, a seleção pelos partidos como suas candidatas e a seleção pelos eleitores. A desproporcionalidade entre homens e mulheres, como é indicado por ele, começa na primeira etapa, tendo em vista que padrões culturais tornam maior a ambição política entre homens do que entre mulheres. Neste sentido, Maria Luzia Miranda Álvares (2008, p. 927) afirma que a desmotivação feminina é influenciada pelo imaginário social que considera um modelo de candidato político desvinculado das experiências vivenciadas por mulheres submetidas a relações hierárquicas com homens brancos nesse âmbito da participação política.

Ao discutirem o processo de entrada das mulheres na arena política, Jennifer Lawless e Richard Fox (2012) consideram que a diferença de ambição política entre homens e mulheres pode ser relacionada a dois diferentes fatores. Em primeiro lugar, eles a atribuem a menor probabilidade de que mulheres contem com incentivos advindos de fontes políticas; em segundo lugar, eles apresentam as reduzidas probabilidades, quando comparadas com os homens, de que as mulheres se considerem aptas para concorrerem a cargos eletivos. (Fox; Lawless, p. 152).

A segunda etapa é a seleção de candidatos pelos partidos, na qual os *gatekeepers* desempenham o papel mais importante. Eles buscarão maximizar os votos do partido e, para isso, serão avaliadas as características socialmente valorizadas (Matland, 2005, p. 97), que como

já mencionado, costumam ser masculinas. Para Álvarez (2008) terão importância nesse momento fatores institucionais de elegibilidade, de motivação pessoal e filiação partidária; também será importante o grau de centralização partidária, consequência do modelo de organização interna do partido que pode ou não concentrar suas decisões nos líderes partidários, e o caráter indicativo ou eletivo da escolha. Matland (2005) ainda difere entre a seleção centrada na elite partidária e seleções que se baseiam em normas burocráticas e registra que a escolha de mulheres como candidatas tende a ser beneficiada pela segunda forma, já que está presente a possibilidade de inclusão de regras de candidatura que serão discutidas mais adiante.

Lawless e Fox também concluem que esta etapa, de seleção de candidatos potenciais para serem candidatos de fato, corresponde àquela em que as diferenças de gênero têm maiores consequências. Deste modo, mesmo que, em seguida, homens e mulheres contem com as mesmas probabilidades de eleição, a seleção que ocorre nesta fase já garante que as candidaturas femininas estejam presentes em proporções bem menores que as masculinas.

Afora estas dificuldades do processo de recrutamento, em sistemas majoritários a tendência é que seja eleito um candidato por distrito (aquele que contar com a maioria dos votos), enquanto em sistemas proporcionais será eleito um número de candidatos proporcional ao número de votos obtidos pelo partido ou pela coligação. Matland (2005) afirma que sistemas proporcionais tendem a favorecer a entrada de mulheres no parlamento e se propõe a responder o porquê deste segundo aumentar tão consideravelmente a representação quando comparado com o primeiro. Cabe, no entanto, considerarmos que apesar de ser o sistema adotado no Brasil, não são estes os resultados no país.

A mesma afirmativa também é colocada por Norris (2004). Segundo ela aponta, a maior probabilidade de sucesso das mulheres em sistemas proporcionais foi evidenciada por uma série de estudos que demonstraram que as mulheres têm o dobro de probabilidade de serem eleitas em sistemas proporcionais, probabilidade que, conforme ela, também será influenciada por fatores como a magnitude distrital.

Em sua investigação referente às razões que levam o sistema proporcional a ser mais benéfico à representação, Matland (2005) também elenca a magnitude do distrito como um dos fatores determinantes para garantir que representantes mais variados possam ser eleitos. Como já colocado acima, sistemas majoritários tendem a ter a magnitude do distrito igual a um, o que permite que o partido nomeie apenas um candidato por distrito, assim, se quiser optar por

apresentar uma candidata, ele terá que rejeitar as possíveis candidaturas de homens políticos e influentes do partido (Matland, 2005, p. 101).

Por outro lado, quando a magnitude do distrito é maior, o que ocorre em sistemas de representação proporcional, o partido tem a expectativa de eleger mais de um candidato. Como Norris (2004) e Matland (2005) apontam, a adoção de tais regras fornece aos partidos políticos incentivos para que suas listas de candidatos incluam membros de variados setores da sociedade, visando evitar que sejam caracterizados como discriminatórios, o que prejudicaria a sua imagem. Dessa forma elas se tornam mais atraentes aos eleitores e maximizam os votos do partido. Matland indica ainda que é mais fácil que, em sistemas proporcionais, alguns partidos sejam influenciados por outros, em um processo de contágio, a adotarem determinadas políticas, de forma que, quando um partido passa a incluir mulher em suas listas, leva outros a fazerem o mesmo (2005, p. 102).

Além destes pontos, o sistema proporcional também aparece como aquele que permite mais facilmente as políticas afirmativas, como a implementação de cotas de gênero (Norris, 2004, p.189). Apesar de poderem ser utilizadas também em sistemas majoritários, de acordo com Norris, dificilmente as cotas de gênero seriam aplicáveis em sistemas de um membro por distrito. As cotas aparecem dentre as ações afirmativas implementadas com o objetivo de aprimorar a representação descritiva das mulheres.

Krook (2009) classifica as formas como as cotas vêm sendo aplicadas em *reserva de assentos*, *cotas partidárias* e *cotas legislativas*. As primeiras formas assumidas pelas políticas de cotas foram as reservas de assentos. Elas começaram a aparecer em 1930 e foram a principal forma utilizada durante a década de 1970, presentes em países da África, da Ásia e do Oriente Médio (Krook, 2009, p. 6). Como Krook (2009) aponta, a reserva de assentos difere das demais formas por exigir um percentual mínimo de mulheres eleitas e não de candidaturas. Apesar de inicialmente estas iniciativas se limitarem a 1% e 10% de assento reservados, a partir dos anos 2000, elas chegam a reservar 30%. Além das diferentes porcentagens de assentos reservados, estas medidas variam no grau de dependência entre os partidos, os representantes eleitos e as mulheres, já que, dentre as formas em que estes assentos são preenchidos, está a indicação de mulheres por representantes já eleitos (Krook, 2009, p. 7).

Quando as cotas são partidárias, elas são adotadas voluntariamente por partidos comprometidos com o aumento de candidaturas femininas. Essas cotas podem se dirigir diretamente para a representação de mulheres enquanto grupo, ou podem assumir uma forma

mais neutra, que estabelece um percentual mínimo para ambos os sexos (Krook, 2009, p. 7). As cotas partidárias de candidatura aparecem em sistemas de representação proporcional como uma porcentagem da lista geral de candidatos ou como uma porcentagem que antecipa posições elegíveis. Elas também são utilizadas em sistemas majoritários, de modo que mulheres são nomeadas para concorrer em uma porcentagem de distritos onde o partido concorre (Krook, 2009, p. 8).

Por último, Krook (2009) descreve as cotas legislativas. Elas se assemelham às cotas partidárias, no entanto perdem o seu caráter voluntário e são garantidas pela lei eleitoral ou pela constituição e, assim como as cotas partidárias, aparecem garantindo entre 25% e 50% das candidaturas para mulheres. Com uma linguagem tipicamente neutra quanto ao gênero, essas cotas assumem diferentes formas de acordo com o sistema partidário, no entanto, diferente das cotas partidárias, elas, geralmente, envolvem sanções aos partidos que não as cumprirem, tendo em vista que são previstas em lei (Krook, 2009, p. 9).

Assim, Krook entende que estas três formas buscam transformar as configurações institucionais através de diferentes medidas. Enquanto a reserva de assentos transforma os sistemas, alterando os mecanismos formais de eleição, as cotas partidárias se direcionam a reformas práticas, por exigirem novas práticas de recrutamento. Por último, as cotas legislativas são relacionadas por ela a uma reforma normativa, revendo definições de igualdade e representação (Krook, 2009, p. 47-48).

Quando voluntárias, as cotas de candidatura tendem a ser mais comumente adotadas por partidos de centro-esquerda do que por partidos liberais e conservadores (Norris, 2004; Dahlerup, 2005). Por outro lado, quando as cotas são institucionais, a sua eficácia estará relacionada com uma série de outros fatores, constando, entre eles, as sanções impostas aos partidos que não cumprirem as cotas previstas, se o formato da lei de cotas inclui a forma como mulheres e homens devem ser posicionados nas listas, e o fato das listas serem abertas ou fechadas (Norris, 2004, p. 193).

Enquanto parece haver consenso quanto à maior eficácia das cotas em sistemas proporcionais comparados a sistemas mistos ou majoritários, a definição da melhor forma de lista dependerá de outros fatores. As listas fechadas tendem a ser preferíveis às listas abertas, mas para que favoreçam, de fato, as candidaturas de mulheres elas devem se relacionar com uma regra clara quanto às posições a serem ocupadas por mulheres nas listas, para que as mesmas sejam elencadas em posições elegíveis (Marx, Borner e Caminotti, 2006).

Sem que haja esta relação entre a lista fechada e um mandato de posição, que especifique a posição das mulheres nas listas eleitorais, mesmo com a exigência de uma porcentagem de candidaturas, os partidos podem alocar mulheres apenas no final das suas listas, o que não irá produzir os resultados esperados (Dahlerup, 2005, p. 150).

Cabe, porém, destacar o caráter contraditório da adoção do sistema de lista fechada que, ao mesmo tempo em que é mais eficaz para garantir que as cotas para mulheres alcancem resultados efetivos, também implica na redução da autonomia dos eleitores no processo de escolha dos seus representantes. Assim, um sistema de lista aberta terá, entre suas vantagens, a autonomia de eleitores e a redução do poder dos líderes partidários na definição das listas (Alves e Araújo, 2007, p. 540).

É nesse sentido que o formato da lei de cotas argentina, a mais tradicional da América Latina (Norris, 2013), tem as relações das possíveis candidatas com os líderes de seus partidos e correntes internas como fator com muito mais relevância do que no Brasil, tendo em vista que a adoção de lista fechada tende a fortalecer o papel dos líderes partidários (Araújo, 2010, p. 576). No Brasil, a lista aberta, como mencionado acima, atribui menor poder às lideranças para a definição das listas, quando comparada com o fortalecimento das mesmas no caso de lista fechada, de forma que é atribuído maior peso ao capital mobilizado pelo candidato. (Araújo, 2010, p. 576). Assim, embora a lista fechada venha tendo seu papel destacado para aplicabilidade das cotas, é importante apontar também seus contrapontos, bem como os aspectos valorizados pela adoção da lista aberta.

Além das cotas referentes ao número de candidaturas, as políticas afirmativas podem ter como objetivo a reserva percentual de assentos da legislatura a ser ocupado por mulheres. Dessa forma, a política de reserva de assentos por si só força a existência de uma porcentagem mínima de mulheres já eleitas, enquanto que a política de cotas de candidatura sozinha não pode forçar que haja, de fato, mais mulheres eleitas (Dahlerup, 2005).

### **2.3 - Limites das Cotas de Candidaturas de Mulheres no Brasil**

Dado o exposto, vemos que, para que sejam eficazes, as cotas para candidaturas devem ser acompanhadas pela aplicação de sanções aos partidos que violarem as regras instituídas. Além disso, será preferível que as cotas sejam inseridas em um sistema eleitoral de lista fechada e que garantam o posicionamento elegível das mulheres. Enquanto mesmo após 20 anos da

adoção das cotas no Brasil, as mulheres ainda correspondem a menos de 10% da Câmara dos Deputados, em outros países latino-americanos que as aprovaram na mesma década, ou mesmo no caso da Bolívia que aprovou a lei da paridade apenas em 2010, os resultados são bastante diferentes.

Os resultados do Brasil não chegam a um terço das cotas propostas. Na Argentina, eles ultrapassam o mínimo de 30%, tendo, nas eleições de 2013, sido eleitas 37% de mulheres deputadas<sup>2</sup>. As diferenças entre os dois sistemas, claramente traduzidas nas diferenças de resultados, residem tanto no formato da lista quanto nas sanções adotadas pela Argentina. Além de contar com uma lista de candidatos fechada, a Argentina também inclui em sua lei de cotas o mandato de posição que exige que, a cada dois homens, esteja posicionada uma mulher. Como sanção, não cumprindo com as exigências colocadas, a lista será recusada (Marx, Borner, Caminotti, 2006).

Além da Argentina, a Bolívia e o Paraguai também aplicam a mesma sanção e adotam o sistema de lista fechada, desta forma a Bolívia, com 53% de mulheres deputadas, determina que as listas partidárias devem conter o mesmo número de homens e mulheres de forma alternada<sup>3</sup>, enquanto o Paraguai, com 18% de deputadas, coloca que, a cada cinco candidatos, uma deve ser mulher<sup>4</sup>.

No Brasil, o sistema eleitoral é proporcional, o que, conforme já exposto, mesmo sem uma política de cotas vigente, configura-se como o sistema mais indicado para a eleição de representantes de minorias. Além disso, tendo cotas, elas serão melhor aplicáveis e colocadas em prática no sistema proporcional. No entanto, o sistema de lista do país é a lista aberta. Assim, apesar do sistema proporcional ser preferível ao sistema majoritário para a eleição de minorias, a lista aberta elimina um dos fatores condicionantes para o bom funcionamento das cotas eleitorais: o posicionamento elegível das candidatas.

Além disso, a lei 9.504/97, que institui o mínimo de 30% de candidaturas para os dois sexos, não incluiu, em sua redação, uma sanção parecida com a adotada pelos países acima, que não aceitam a lista. A única sanção prevista no Brasil é que o percentual destinado a um sexo

---

<sup>2</sup> QuotaProject, disponível em: <<http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?id=12>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

<sup>3</sup> QuotaProject, disponível em: <<http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?id=29>>. Acesso em 10 mai. 2016.

<sup>4</sup> QuotaProject disponível em: <<http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?id=186>>. Acesso em 10 mai. 2016.

não poderá ser preenchido pelo outro, porém, tendo em vista que junto com a lei foi também aprovado que os partidos poderiam preencher em suas listas 150% dos assentos em disputa, a única possível sanção foi invalidada (Araújo, 2008, p. 87–88). Assim, no Brasil, em vez da responsabilidade de promover as candidatas repousar sob o partido, obrigando-o a posicionar bem as candidatas, ela é atribuída aos eleitores, já que eles é que irão ordenar a lista do partido. Esse percurso eleitoral, em geral, leva à reprodução do padrão masculino culturalmente dominante (Peschard, 2003, p. 4).

Ao vermos os efeitos do formato da política de cotas brasileira e os aspectos do seu sistema eleitoral, é fácil percebermos, como afirma Araújo (2003), o porquê do debate a seu respeito, na época em que foram aprovadas, não ter incluído grandes controvérsias, já que o próprio sistema impõe uma série de obstáculos para a eficiência do projeto.

Cabe colocar que, a partir da minirreforma eleitoral de 2009 que buscou fortalecer mecanismos de sanção, durante as eleições de 2010, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado do Pará rejeitou a lista de candidatos do PDT, que não cumpriu os 30% das cotas, exigindo que o partido corrigisse as candidaturas de acordo com a lei. A partir deste caso específico, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deixou claro que o mesmo aconteceria com as demais listas partidárias que não cumprissem com as cotas previstas pela lei. Seria dado, porém, o direito de que o partido buscasse apresentar uma justificativa para a lista apresentada.<sup>5</sup> Porém, para que sigam acontecendo casos como estes, o TRE deve estar interessado em aplicar seguir estes mecanismos de sanção.

Mesmo assim, as eleições do ano de 2010 contaram com apenas 45 mulheres eleitas, 8,8% da Câmara dos Deputados, seguidas por um crescimento de 1,1 ponto percentual nas eleições de 2014. É com toda a discussão percorrida como plano de fundo que chegamos à proposta votada em 2015. A emenda aglutinativa nº 57 da PEC 182/07 tinha como objeto a instituição de 10%, 12% e 15% de reserva de assentos para mulheres nas próximas três eleições e, apesar de muito longe do ideal da paridade, conquistaria um percentual bastante significativo para o atual cenário brasileiro.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2010/08/tse-decide-que-a-cota-de-30-de-mulheres-dentre-candidatos-e-lei](http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2010/08/tse-decide-que-a-cota-de-30-de-mulheres-dentre-candidatos-e-lei)>. Acesso em: 29 mai. 2016.



## **CAPÍTULO 3 – FORMATOS E RECUOS DO PROJETO DE COTAS: O QUE CONTOU A FAVOR E O QUE PESOU CONTRA**

Como colocado no capítulo anterior, a política de cotas no Brasil ainda atinge resultados muito abaixo do esperado. Foram apenas 51 mulheres eleitas nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, ou seja, apenas 9,9% do total de 513 vagas. Neste contexto, a proposta de cotas analisada por este trabalho desloca-se da reserva de candidaturas para a reserva de assentos, como forma de garantir um percentual maior de deputadas eleitas.

Os resultados e os problemas da medida hoje vigente, bem como da sua possível alteração, foram debatidos durante as votações e discussões da PEC 182/07 da reforma política. O tema da sub-representação feminina foi constantemente abordado pelas deputadas integrantes da Comissão Especial da Reforma Política, além de ter mobilizado toda a bancada feminina da Câmara. O tema foi bastante citado não só em discussões sobre o projeto de reserva de assentos que veio a ser apresentado pelas deputadas, mas também nas discussões de financiamento de campanha e sistemas eleitorais.

### **3.1 – A Comissão Especial da Reforma Política e a Sub-Representação Feminina**

Em 10/02/2015 foi instalada a Comissão Especial da Reforma Política, instituída para proferir parecer a propósito da PEC 344/13. Após a quarta reunião da comissão, ela foi apensada à PEC 182/07. Assim, a partir da reunião do dia 05/03/2015, a Comissão Especial da Reforma Política teve como objetivo emitir parecer sobre a PEC 182/07.

Foram eleitos para a Mesa Diretora: o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), Presidente; o Deputado Rubens Otoni (PT-GO), para 1º Vice-presidente e o Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), como 2º Vice-presidente. Em seguida, após indicações, foi designado como relator o Deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).

Compõe-se, então, uma Comissão Especial da Reforma Política destinada a discutir, entre outros temas, propostas de medidas que assegurassem a presença de mulheres na Câmara e emitir parecer sobre as mesmas, sem mulheres na sua Mesa Diretora. De um total de 34 titulares, apenas três mulheres, Moema Gramacho (PT-BA), Renata Abreu (PTN-SP) e Josi

Nunes (PMDB-TO), além de quatro mulheres do mesmo total de suplentes, Raquel Muniz do PSC-MG<sup>6</sup>, Luiza Erundina (PSB-SP)<sup>7</sup>, Gorete Pereira (PR-CE) e Margarida Salomão (PT-MG).

A terceira reunião da comissão foi uma audiência pública com o professor da PUC/RJ, Renato Beneduzi, o qual, ao ser indagado sobre a representatividade de gênero pela Deputada Raquel Muniz, colocou como mais eficiente o sistema de lista fechada, no qual os partidos naturalmente se sentiriam constrangidos em apresentar listas sem a presença de mulheres, ou em alocá-las apenas no final. Assim, para Beneduzi, a melhor opção seria a lista fechada sem o estabelecimento de cotas, já que estas suscitariam um debate quanto a sua constitucionalidade. Serviu de exemplo o sistema distrital misto alemão em que não foram necessárias cotas para que a expectativa de inclusão de um número significativo de mulheres eleitas fosse atendida.

Em reunião da comissão com representantes da OAB, CNBB e MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), que integravam, junto com diversas outras organizações e movimentos sociais, a Coalizão Democrática pela Reforma Política, os convidados fizeram a defesa do projeto de iniciativa popular n. 6.136, apresentado pela Coalizão. Dentre os pilares sobre os quais esse projeto foi construído estava a paridade de gênero. Assim, a Coalizão propôs a adoção de um sistema de lista fechada com alternância de um homem e uma mulher.

Tal proposta visava contemplar tanto o voto na legenda quanto o voto nos candidatos. Por esses critérios, ela se daria em dois turnos: no segundo turno o partido apresentaria o dobro de candidatos eleitos no primeiro turno, respeitando a ordem da lista paritária, mas, desta vez, o voto seria dado ao candidato. Sob este aspecto, para o deputado relator Marcelo Castro, a intenção original de paridade de gênero perderia sua eficácia.

Apesar de concordar com a proposta de paridade de gênero, a Deputada Moema Gramacho colocou que, após reuniões entre as bancadas de Deputadas Federais, de Senadoras e também com Deputadas Estaduais, chegou-se a uma proposta de cotas graduais, que começariam em 30%. Desse modo, a primeira versão da proposta encaminhada pela bancada feminina foi, como exposto pela Deputada Moema Gramacho durante a quinta reunião da comissão, a reserva inicial de 30% das vagas para mulheres. A partir disso, seriam adicionadas 5% a cada eleição, até que se chegasse à paridade.

---

<sup>6</sup> Hoje do PSD.

<sup>7</sup> Hoje do PSOL.

Em entrevista para este trabalho, a Deputada Josi Nunes, do PMDB, relatou que durante o processo de formação da proposta, as opiniões das deputadas não eram unânimes. Segundo ela, várias deputadas mantêm opiniões bastante contrárias a qualquer tipo de cotas e, apenas após muita conversa foi possível que entendessem, e que quase todas aceitassem, a necessidade de que a reforma política incluísse a reserva de assentos, abrangendo, assim, políticas para a inclusão de mulheres.

O Ministro do STF José Antônio Dias Toffoli, em audiência pública da Comissão, foi indagado pelas Deputadas Josi Nunes e Raquel Muniz a propósito das medidas e dos sistemas que poderiam ser adotados para corrigir a sub-representação de mulheres na Câmara. Em suas formulações as deputadas deixaram claro o seu entendimento a propósito de algumas alternativas; a Deputada Josi Nunes enfatizou que, apesar de ter compreendido que a representação de mulheres é beneficiada por um sistema com listas fechadas, o sistema em si seria antidemocrático; já para a Deputada Raquel Muniz, as cotas não deveriam ser solução, pois para ela, todos deveriam ser eleitos por mérito próprio.

Como resposta, o Ministro Dias Toffoli ressaltou que os 30% de cotas de candidaturas atualmente em vigor no Brasil não garantem a eleição de mulheres, consistindo, em listas nominais, porém sem que sejam disponibilizados os meios necessários. Citou entre as saídas possíveis as listas fechadas com alternância de gênero, ou com uma determinada proporção obrigatória, e, também, casos de sistemas majoritários que obrigam que o vice seja do sexo oposto que o candidato.

O projeto de iniciativa popular da Coalizão Democrática pela Reforma Política foi defendido em Audiência Pública pelo presidente do PCdoB, Renato Rabelo, que enfatizou o posicionamento do partido favorável à paridade de gênero, através da lista preordenada, que alternaria um homem, uma mulher. Mais uma vez, o Deputado Marcelo Castro lembrou que, como a eleição se daria em dois turnos, nesta proposta, tanto a intenção de paridade de gênero quanto de fortalecer os partidos seriam perdidas. O deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), também criticou a proposição defendida pelo PCdoB, indicando que os partidos brasileiros não têm maturidade para listas fechadas. Segundo ele, os partidos têm ‘dono’ e a lista fechada seria preenchida apenas pelas indicações do mesmo. O que nos remete a questão discutida anteriormente quanto à centralização do recrutamento político e a falta de transparência deste processo.

Durante a Audiência Pública do dia 16/04/2015, o Senador Aécio Neves, presidente do PSDB, e o Deputado Mendonça Filho (DEM-PE), presidente do DEM, fizeram exposições sobre os sistemas eleitorais defendidos pelos seus partidos, respectivamente, o sistema distrital misto e o “distritão”. A questão da participação das mulheres foi lembrada pela Deputada Moema Gramacho que pediu aos expositores seu ponto de vista a respeito da proposta de cotas encaminhada pela bancada feminina.

O Deputado Mendonça Filho não respondeu à questão. Já o Senador Aécio Neves (PSDB-MG) destacou a importância de trabalhos internos nos diretórios partidários para que não sejam tomadas medidas artificiais. Colocou também que o sistema distrital misto possibilitaria um incentivo para mulheres tanto na parte majoritária quanto nas listas, que seriam uma verdadeira oportunidade de aumentar a presença de mulheres.

Na Audiência Pública seguinte, foi a vez do convidado Michel Temer, Vice-presidente da República, ser questionado pela Deputada Moema Gramacho quanto à participação das mulheres no distritão, defendido por ele. Para tal pergunta, Temer respondeu que não percebe como o voto majoritário poderia ser prejudicial às mulheres, afirmando que poderia ser encontrada uma forma redacional que garantisse um percentual de mulheres eleitas.

A fala do deputado Sibá Machado (PT-AC), líder do PT na Câmara e representante do presidente nacional do partido, Rui Falcão, abordou diretamente a baixa participação política das mulheres. Ele indicou que a posição do partido quanto à reforma política que, além de compartilhar dos dois pontos principais debatidos na Comissão, o sistema eleitoral e o financiamento público, adiciona outros pontos à centralidade do debate: a participação popular e a participação de mulheres. A sua fala colocou pela primeira vez a questão da divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, como forma de rebater os argumentos contra cotas de gênero que dizem que já há liberdade para participação política. Por fim, indicou o apoio do partido à proposta de paridade em lista fechada.

No dia 05/05/2015, aconteceu a Audiência Pública requerida para debater as propostas de cotas e a participação feminina na política. A audiência foi presidida pela Deputada Moema Gramacho e teve como convidadas: Luana Grillo, representando a representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman; Vic Barros, presidente da UNE; Guacira Oliveira, diretora do CFEMEA; e Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Unanimemente, as convidadas defenderam a paridade de gênero, indicando como melhor opção o sistema proporcional com lista fechada e alternada. Vic Barros lembrou da dificuldade de acesso ao financiamento privado das campanhas e da distribuição desigual de recursos partidários<sup>8</sup>. Eleonora Menicucci também lembrou do financiamento de campanha, e destacou a necessidade da garantia de uma distribuição equitativa do fundo partidário e da adoção de um sistema de financiamento público de campanha. Além disso, as mulheres que expuseram lembraram da exclusão histórica feminina da esfera política, que deu, no Brasil, o direito ao voto à mulher apenas na década de 1930. Também foi exposta a divisão sexual do trabalho, a estrutura machista e patriarcal da esfera política e a importância da formação de mulheres líderes em diferentes esferas.

O Relator Marcelo Castro foi o primeiro Deputado a falar após as exposições da Audiência. Ele destacou o fator econômico, que, historicamente, está presente em maior peso entre os homens, devido à estrutura machista e patriarcal da sociedade, como principal razão para os números, que ele chamou de vexaminosos, de mulheres na Câmara. Para ele, a melhor solução para estes números seria o sistema distrital misto que preencheria, **naturalmente**, sem cotas, metade da lista, 25% do total de candidaturas com mulheres; e ainda, haveria mulheres eleitas pelo voto majoritário. O Deputado atribuiu a presença natural de mulheres nas listas partidárias, que seriam preordenadas, ao constrangimento sofrido pelos partidos que não as cumprissem. Por outro lado, a adoção de cotas foi problematizada, tendo em vista que, conforme ele, a adoção de cotas para um grupo específico abriria precedentes para que outros grupos também exigissem a garantia da sua presença através de cotas.

Marcelo Castro reforçou, em entrevista para este trabalho, sua opinião quanto ao fator econômico, colocando este como o principal motivo para a baixa presença de mulheres. Para ele, o poder econômico no Brasil ainda está muito concentrado nas mãos dos homens e, com as campanhas eleitorais com custos exorbitantes, as mulheres saem prejudicadas. Apesar de admitir a existência de questões de gênero e de preconceitos, a principal barreira seria econômica. No entanto, não foram feitas relações entre as formas como estas barreiras econômicas podem estar relacionadas com o que ele chamou de questões de gênero.

---

<sup>8</sup> Como exposto por Bruno Speck e Teresa Sacchet em *Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006*, que coloca como tema central para compreender o desempenho das candidaturas femininas o financiamento das suas campanhas.

A Deputada Moema Gramacho ressaltou que, apesar da aprovação da paridade em lista preordenada ser o ideal, a proposta em pauta era a de 30%. Ela destacou a desigualdade da distribuição do tempo de televisão e os danos do financiamento empresarial das campanhas às mulheres. A Deputada Raquel Muniz iniciou a sua fala pontuando a sua trajetória de mãe e avó e destacou seu histórico de participação política em conjunto com o marido. Sua fala marcou seu desagrado em relação às cotas e também suas conquistas através do mérito, por isso, as cotas encaminhadas como proposta seriam apenas transitórias. Além disso, a fala de Raquel Muniz foi a primeira que utilizou a capacidade de cuidar como argumento para a presença feminina na política. Segundo ela, as mulheres são capazes de cuidar das suas casas, de seus filhos, seus maridos, e, também, do seu país. Foi ela a única mulher que embasou seus argumentos no aporte diferencial das mulheres à política, de modo que identificamos em sua fala uma posição coerente com a ética do cuidado, posição esta que, em um segundo momento, poderá ser identificada na fala de alguns deputados.

Na perspectiva do Deputado Afonso Motta (PDT-RS), já há uma grande mudança na presença de mulheres na política. O que pode ser visto no fato das eleições de 2014 contarem com duas mulheres entre os principais concorrentes à Presidência da República. Citou, ainda, que seu estado, Rio Grande do Sul, teve uma mulher como Deputada Estadual mais votada. Apesar de destacar a curva ascendente da participação política das mulheres, o Deputado se posicionou favoravelmente às cotas, e lembrou seu caráter temporário.

A paridade de gênero em lista alternada também foi apoiada pela deputada Érika Kokay (PT-DF), como forma ideal, e, mais uma vez, foi exposto o modelo patriarcal e machista da nossa sociedade que, para a Deputada, impõe burcas invisíveis às mulheres. Sobre os 30% de cotas de candidatura existentes hoje no Brasil, ela considerou que funcionam de forma que as mulheres são levadas a compor chapas para eleger homens.

O parecer do Relator foi apresentado na reunião do dia 12/05/2015. Nele, o Deputado Marcelo Castro classificou como constitucionalmente questionável a proposta de cotas, visto que este mecanismo torna maior o peso do voto dado a uma candidata mulher em relação ao voto dado a um homem. Dessa forma, o parecer emitido estabelece que deverão ser discutidos na comissão os incentivos através de recursos e outras formas a serem dados às campanhas femininas e, além disso, considera que, antes da reserva de vagas, deve-se focar na formação de lideranças femininas.

Indagado em entrevista para este trabalho quanto aos aspectos que o levaram a questionar a constitucionalidade das cotas enquanto reserva de assento, Marcelo Castro afirmou que as vagas são do Parlamento como um todo, de forma que, ao ser definida uma cota de reserva de assentos para a eleição de mulheres, em seguida apareceriam outros grupos com baixa representação demandando a mesma medida para eles.

No que se refere ao aspecto de formação de lideranças femininas, o Deputado lembrou, no decorrer da entrevista, que hoje as cotas existentes de candidaturas não têm resultados pois faltam mulheres para se candidatar. Na sua perspectiva, há um excesso de candidatos homens, para os quais faltam vagas, e um excesso de vagas femininas, para as quais faltam candidatas. Ele usou este aspecto para destacar a artificialidade de medidas como as cotas e a ineficiência de medidas que se impõem de maneira artificial.

Em discussão sobre o parecer, a Deputada Moema Gramacho pediu que o mesmo fosse revisto no que estivesse relacionado à questão de gênero. Ela problematizou, também, a inclinação do parecer ao distritão que seria outro fator a interferir na porcentagem de mulheres eleitas. A Deputada classificou a posição do relator como mais retrógrada do que a lei de cotas de candidaturas já existente. Quanto à necessidade de formação de lideranças femininas, Gramacho colocou que as lideranças já existem, o que não existe é igualdade de oportunidades para que elas concorram. Além disso, enfatizou o machismo histórico dentro dos partidos políticos, que não garantem nem financiamento nem tempo de televisão igual para mulheres.

Ainda durante as discussões sobre o parecer, o Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), opondo-se ao apoio dado ao distritão lembrou a Bancada Feminina presente que a emenda de voto distrital misto incluiu na sua redação que a lista seria preenchida com, pelo menos, uma mulher a cada dois homens. Por outro lado, para o Deputado Evandro Gussi (PV-SP), o sistema de voto majoritário seria sim benéfico para a eleição de mulheres<sup>9</sup>. Ele usou como exemplo o Reino Unido que acabara de eleger 29% de mulheres no Parlamento, no sistema distrital uninominal. Além disso, o Deputado chegou a afirmar que seria difícil disputar com mulheres em distritos.

A importância da presença das mulheres foi mencionada pelos deputados Pompeu de Matos (PDT-RS), e Vinícius Carvalho (PRB-SP), que se posicionaram contrários ao parecer e

---

<sup>9</sup> Como foi evidenciado no capítulo anterior, ao contrário do que foi defendido pelo Deputado Evandro Gussi, o voto majoritário está relacionado com menores números de mulheres eleitas.

à sua tendência ao distritão. No entanto, o Deputado Vinícius Carvalho, quando a proposta já modificada chegou ao plenário, votou contra as cotas femininas.

O pronunciamento da Deputada Raquel Muniz fez referência à ausência de mulheres na Mesa da Comissão, enfatizou a importância de que mulheres ocupem cada vez mais espaços e comissões da Câmara, e elogiou a mudança na cartilha do Deputado Marcelo Castro, que passou a incluir a participação de mulheres. Josi Nunes, do mesmo partido que o Relator, pediu que a sua consideração sobre a reserva de assentos fosse reavaliada e lembrou que a questão da constitucionalidade das cotas já havia sido superada pelo STF.

Durante a última reunião da Comissão, antes que as propostas fossem encaminhadas para o plenário, Deputadas e Senadoras participaram em peso para problematizar a não inclusão das propostas de cotas no parecer do Relator. A Deputada Moema Gramacho lembrou que a verdadeira intenção seria a paridade, mas que elas entraram em consenso para começar com 30% e chegarem, em 20 anos, a 50%. Colocou o posicionamento contrário das mulheres ao distritão e lembrou que grande parte dos homens eleitos contavam com suas mulheres para cuidar da casa e dos seus filhos.

A Senadora Marta Suplicy (PT-SP)<sup>10</sup>, autora do atual projeto de cotas de candidaturas vigente no país, estimou que, seguindo a tendência de aumento de mulheres eleitas na Câmara, somente em 2118 as mulheres poderiam alcançar os 30% de assentos. Ela ressaltou que os 30% de candidaturas não tiveram o efeito desejado mesmo 20 anos depois da sua implementação, uma vez que sua intenção inicial foi deturpada.

Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) colocou o caráter masculino da política brasileira e a tardia eleição da primeira Senadora, em 1979. Ela também expôs que as respostas escutadas, quando são feitas perguntas relativas à presença das mulheres, costumam afirmar que não há interesse feminino, que os partidos têm que ir atrás das mulheres, mas elas não querem se candidatar. A Senadora concordou que elas possam não querer se candidatar, mas por saberem que não terão financiamento partidário nem tempo de televisão. A Senadora também mostrou que apenas nas eleições de 2014 foram preenchidas todas as vagas destinadas às cotas, já que a Justiça Eleitoral deixou de receber chapas com os 30%

---

<sup>10</sup> Hoje pertencente ao PMDB.



incompletos. Mesmo assim, não se superou o problema, pois passou-se a registrar candidatas que apenas davam seus nomes para constar.

A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) iniciou elogiando o trabalho e a atenção do Relator, como também foi feito pelas outras deputadas, mas o criticou, pois, apesar de estar escutando muitas solicitações quanto ao parecer, não se mostrou inclinado a atender a demanda feminina. Ela destacou que ouviu muitos deputados acusarem que as mulheres estavam tentando chegar à Câmara sem votos, ao que ela respondeu lembrando que são mulheres também que fazem campanhas para homens, que votam em homens e que formam 70%<sup>11</sup> do eleitorado brasileiro.

A Deputada também relatou ser corrente ouvir de líderes partidários municipais que, dentre os seus candidatos a vereador, alguns são de verdade e outros são mulheres para preencher as cotas e, ainda, destacou a constitucionalidade das cotas, questionada pelo Relator. A Professora Dorinha usou o seu espaço também para relatar a situação ocorrida junto com a aprovação da PEC da Deputada Luiza Erundina, que garantia a proporcionalidade de gênero nas mesas diretoras, momento em que um Deputado mandou que buscassem as panelas, em uma clara referência à visão machista de que as mulheres devem permanecer na cozinha.

Para a Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), é visível a necessidade de que estejam na Câmara pessoas que tenham o olhar de quem passou pela cozinha, por uma unidade hospitalar, ou o olhar de quem passou por diferentes experiências. Citou como exemplo a importância desse olhar dentro da Comissão de Seguridade Social e Família. Em uma Casa que se garanta pelo menos 30% de mulheres, para a Deputada, todas as comissões passariam a conter nelas um olhar que mais de 50% da população têm, o olhar de quem sabe o que é sustentar uma família, querer trabalhar e não ter creche para deixar os filhos, querer estudar e precisar deixar os filhos sozinhos à noite.

Apesar das interferências de deputadas, senadoras e deputados, a proposta de cotas de 30% para mulheres continuou não constando no parecer da Comissão, mas como ela não terminou os trabalhos no prazo, o Parecer foi dissolvido, e as propostas foram votadas em plenário. Mesmo sendo poucas, as mulheres titulares e suplentes da Comissão garantiram que o tema estivesse presente em muitos momentos nos quais ele seria desconsiderado.

---

<sup>11</sup> Apesar do percentual utilizado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende ser de 70%, as mulheres correspondem de fato a 52,13%, de acordo com o TSE.

Constantemente, as deputadas indagaram convidados e deputados que expuseram suas preferências de sistemas eleitorais desconsiderando a discussão que vinha sendo feita quanto à presença de mulheres.

Foram onze deputados, entre titulares e suplentes que compunham a comissão, que fizeram referência à representação de mulheres. Oito destes deputados falaram da questão de gênero em conjunto com a defesa de determinado sistema eleitoral; seis ressaltaram os efeitos negativos da adoção do sistema distrital e dois ponderaram que o número de mulheres poderia aumentar com o sistema distrital. Entre os seis deputados que se colocaram contra a adoção do sistema distrital, apenas um, o Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), fez a defesa do sistema proporcional com lista preordenada e alternância de gênero, além dele, apenas o Deputado Jean Wyllys, também do PSOL-RJ, falou da aprovação da paridade.

Ainda em relação aos seis deputados contrários ao sistema distrital, dois defenderam o sistema distrital misto, colocando que este seria a melhor opção para as mulheres, mas se dividiram quanto à proposta de cotas. Enquanto o Deputado Marcelo Castro defendeu que, naturalmente, este sistema beneficiaria a representação feminina e se manteve contra a adoção de cotas, o Deputado Marcus Pestana, PSDB, propôs que a parte das listas garantisse 1/3 de mulheres com pelo menos uma mulher a cada dois homens.

Apesar de não constar claramente nas notas taquigráficas nenhum posicionamento favorável à adoção de cotas, o Deputado Marcelo Castro, em entrevista para este trabalho, afirmou que sua proposta era de adoção do sistema distrital misto, no qual os 50% eleitos pela lista seriam preenchidos de modo que houvesse alteração de sexo a cada três candidatos ou candidatas. Durante a entrevista, ele colocou que elas na verdade não seriam necessárias, mas que seu projeto as incluía. Além disso, Marcelo Castro afirmou que logo que a lista se tornou inviável, ele chegou a concordar com a reserva de assentos, mas não pode concordar devido a sua inconstitucionalidade e artificialidade.

Dos onze deputados que lembraram da sub-representação de mulheres, sete mantiveram o voto favorável às cotas, posteriormente, na votação em plenário. Apenas um votou contra, o Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), cuja fala apenas colocou o prejuízo do voto distrital para as mulheres. O Deputado Marcelo Castro, que havia feito parecer contrário à proposta, estava ausente, assim como o deputado Evandro Gussi, para quem as mulheres se beneficiariam

com o “distritão”. Já o Deputado Marcus Pestana, que havia sugerido o sistema distrital misto com um terço da lista reservada para mulheres, se absteve.

Entre todas as falas que foram feitas por deputados membros e titulares, o único a explicitamente problematizar a proposta de cotas foi o relator Marcelo Castro, que questionou a sua constitucionalidade e afirmou que a abertura de cotas para mulheres levaria a mobilização de demais grupos pelo direito às cotas.

Foram convidados para compor mesas na Comissão treze lideranças partidárias, todas homens. Destes treze, apenas quatro falaram sobre a baixa presença das mulheres na esfera política; o Deputado Sibá Machado, representando o presidente do PT, e Renato Rabelo, presidente do PCdoB, falaram da paridade de gênero ao exporem seus projetos de reforma política; o Senador Aécio Neves, presidente do PSDB, e o Vice-Presidente Michel Temer, presidente do PMDB, falaram sobre a questão após serem questionados a respeito. As duas respostas foram vagas, e não ofereceram medidas concretas. Para o Senador Aécio Neves, as mulheres encontrariam uma grande oportunidade nas listas do sistema distrital misto; para Michel Temer, a adoção do chamado “distritão” não impossibilitaria uma forma redacional que garantisse mulheres.

Quando olhamos para as falas das deputadas, temos que foram cinco, do total de sete, entre titulares e suplentes, que pautaram a sub-representação feminina, ficando de fora a Deputada Renata Abreu (PTN-SP) e a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Destas cinco, nenhuma relacionou a opção pelo distritão com maior número de mulheres eleitas, mas apenas três, as deputadas do PT, Moema Gramacho e Margarida Salomão, e a deputada do PR, Gorete Pereira, o relacionaram claramente com a baixa representação de mulheres e outras minorias, manifestações coerentes com as orientações partidárias quanto a essa questão, tendo em vista que os partidos da Deputada Josi Nunes e Raquel Muniz foram favoráveis à aprovação do distritão.

### **3.2 – Discussão e Votação no Plenário**

Quando encaminhado para o Plenário da Câmara, o projeto de reserva de assentos colocado em votação reduziu o percentual de reserva de assentos para 10%, mas mesmo com este recuo da bancada feminina faltaram 15 votos para que as cotas fossem aprovadas.

Questionada em entrevista para este trabalho sobre a mudança de 30% para 10%, Josi Nunes confirmou que os homens não aceitaram e não aprovariam de jeito nenhum a primeira proposta.

Também em entrevista, a Deputada Moema Gramacho relatou a resistência da bancada masculina à política de cotas, devida, principalmente, à perda de espaço que ela acarretaria. Assim, para Moema Gramacho, além do forte machismo dos deputados, a disputa de espaço político teve papel principal no debate. Além disso, ela reconheceu o baixo percentual almejado na proposta de 10%, mas lembrou que este percentual teria potencial para servir como jurisprudência em tentativas futuras de aumentar esta reserva.

A partir do dia 26/05/2015 a discussão e votação dos artigos da Reforma Política passaram a ocorrer em Plenário, sendo que a votação da Emenda Aglutinativa n. 57, da Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), sobre a reserva de assento para mulheres, aconteceu no dia 16/06/2015. Com a emenda, estariam garantidos, progressivamente a cada eleição, 10%, 12% e 15% de mulheres eleitas por estado, com o voto proporcional e, se não fossem alcançadas as porcentagens esperadas através do voto proporcional, as demais seriam preenchidas pelo sistema majoritário.

Antes da votação, algumas deputadas tentaram encaminhar para a votação a Emenda Aglutinativa n. 58, que retirava da redação a proposta de preencherem-se as vagas remanescentes com o voto majoritário, adotando apenas a forma proporcional. Porém, a decisão não foi unânime mesmo entre a Bancada Feminina, o que fez com que fosse votada o projeto de reserva de assentos em sua versão original.

Somadas/os as/os deputadas/os que se pronunciaram nas sessões plenárias anteriores, a partir do início da discussão da PEC 182/07, com aquelas/es que se manifestaram em discursos ou encaminhamentos de bancada no dia da votação, temos que foram 54 parlamentares que se manifestaram sobre este tema. Apenas cinco fizeram falas contrárias à proposta de cotas e o seu argumento mais frequente foi a defesa da igualdade, reforçando que não deve haver distinção de sexo para o preenchimento das vagas. Em segundo lugar, os deputados enfatizaram que quem chega à Casa deve chegar através de mérito próprio, como conquista do seu trabalho. Além disso, um deputado questionou a proposta por preencher as vagas pelos dois sistemas, proporcional e majoritário.

Em relação às demais manifestações, foram treze as deputadas que falaram; destas, quatro lembraram que o texto que deveria estar sendo votado era o da paridade. O argumento mais usado pelas deputadas, ao defenderem a reserva de assentos cotas, foi o mesmo mais frequente para atacá-las, a igualdade. As mulheres, porém, lembraram as desigualdades da sociedade patriarcal, da estrutura partidária e da divisão do trabalho doméstico, que, para elas, deixariam clara a importância de uma política de reserva de assentos. Entre todas, a desigualdade mais mencionada, por seis das treze deputadas, foi a de financiamento de campanha e de distribuição do fundo partidário. Além disso, quatro das deputadas enfatizaram a sensibilidade dos colegas deputados para votar de maneira favorável à proposta.

Quanto aos deputados que falaram pela aprovação da emenda, trinta e seis, a maior parte fez comparações entre a porcentagem correspondente ao número de mulheres na sociedade brasileira, 52%, e a sua disparidade quando comparada com o percentual de mulheres na Câmara que não chega a 10%. Quatro falas foram feitas para justificar a posição favorável devido à sensibilidade, à beleza e à intenção de trazer para a esfera política um olhar mais humano e mais sensível, capaz de reduzir a violência.

### **3.3 – Justificativas para Apoio e Rejeição da Reserva de Assentos**

Como visto, o principal argumento mobilizado por ambos os lados foi a igualdade. No entanto, as compressões de igualdade expressas são bastante diferentes, de modo que, de um lado ela é percebida como igualdade formal, do outro, a igualdade se torna substantiva. Quando analisados os discursos ainda durante a comissão e, em seguida, em Plenário, vemos que as posições contrárias, fundamentaram-se na artificialidade da medida, em como definir quais grupos mereceriam esta medida e, ainda, na noção de que adotar um sistema de reserva de assentos para mulheres fere os princípios de igualdade entre os sexos e fornece às mulheres uma competição não baseada em trabalho e mérito próprio.

Aqui, o princípio do mérito surge, da maneira em que havíamos discutido no primeiro capítulo, no qual desdobramos as formas pelas quais a adoção de mecanismos descritivos é comumente refutada ou justificada, como umas das principais formas de oposição a reserva de assentos ou ações afirmativas no geral. Quando o sucesso nas eleições se torna apenas uma questão de mérito próprio fruto do trabalho do candidato, são desconsideradas as desigualdades

das quais os concorrentes partem. Se, conforme discutido anteriormente e seguindo Young (1990), o mérito se fundamenta somente em um ideal de não discriminação conquistado com a adoção de regras iguais para todos e, dessa forma, é suficiente para a justiça; os deputados, ao compartilharem desta perspectiva, classificaram a reserva de assentos como uma afronta a não discriminação e à justiça garantidas por um sistema meritocrático que consistiria em regras e condições iguais para todos.

A artificialidade da medida, encontrada nas falas dos deputados contrários, repousa no fato de que para eles ela se opõe ao seu ideal de mérito. A reserva de assentos reduziria o caráter “meritocrático” do processo eleitoral; se ela se configura como uma medida artificial, por outro lado, identificamos a crença dos deputados na naturalidade da representação tal como ela é. São ignoradas as desigualdades nas quais se sustentam o quadro representativo, de modo que apenas a existência de regras iguais para todos, garantindo igualdade formal, é suficiente para a justiça do processo.

São claras as formas como os argumentos de tal posicionamento foram refutados pelas deputadas e deputados favoráveis à aprovação da reserva de assentos. À medida em que as colocações favoráveis à adoção da reserva de assentos mobilizaram, principalmente, argumentos relativos às desigualdades de condições das campanhas e dos incentivos à entrada na política para homens e mulheres, buscou-se evidenciar a insuficiência de regras iguais para todos sem garantias a grupos específicos, tendo em vista a desigualdade das suas condições.

Ao ser entrevistada para este trabalho, a Deputada do PMDB Josi Nunes destacou a forma como apareceram estes aspectos de justiça e igualdade. Conforme relatado por ela, a bancada feminina encontrou uma imensa barreira a flexibilizações relativas à reserva de assentos. A Deputada apontou a grande dificuldade dos deputados em pensar o projeto de cotas para mulheres além da ótica masculina que a vê como um prejuízo para as suas candidaturas. Ao manterem tais posições, segundo ela, os deputados enfatizam que reservar assentos seria antidemocrático, desigual e injusto. Segundo ela, os deputados não conseguem compreender que a política de reserva de assentos seria, justamente, uma medida compensatória de promoção da igualdade.

Ao todo, desde a Comissão até a votação no Plenário, foram seis os deputados que se pronunciaram contra a política de cotas: Edinho Bez (PMDB-SC); Marcus Pestana (PSDB-MG); Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC); Marcelo Castro (PMDB-PI); João Rodrigues

(PSD-SC), e; Delegado Edson Moreira (PTN-MG). Destes seis, chama atenção que três eram do estado de Santa Catarina, seguidos por um de Minas Gerais, de São Paulo e do Piauí. Mas, embora metade das falas contra a aprovação da reserva de assentos para mulheres tenham sido feitas por deputados de Santa Catarina, quando comparados com os votos totais da bancada do estado, os votos negativos correspondem a 26,67%, e quando comparada essa porcentagem com os demais estados, Santa Catarina ocupa a 9ª posição em maior número de votos contrários ao projeto. Já quanto aos partidos de onde partiram as falas, o PTN teve 50% dos votos contrários, o PSD teve 27,6%, o PMDB 26,4% e o PSDB 23,52%. Destes, apenas o PSD ficou entre os cinco partidos com maior porcentagem de votos contrários.

No que se refere às posturas destes seis deputados diante de políticas de cotas, apenas dois enfatizaram contrariedade a elas de maneira geral: o Deputado Rogério Peninha Mendonça, que é inclusive autor do PL que pretende revogar as cotas raciais em concursos públicos (em sua fala, seu posicionamento é contrário a todos os tipos de cotas); e o Deputado João Rodrigues, que também deixou claro seu desagrado com as cotas de maneira geral, exceto para pobres. Já o Deputado Marcus Pestana havia defendido a adoção de medidas afirmativas e a inclusão de 16% de cotas para mulheres no sistema distrital misto. Depois da não-aprovação da proposta de distrital misto, sua fala problematizou a constitucionalidade das cotas serem preenchidas pelo voto proporcional e majoritário, abstendo-se na votação.

Diferenciaram-se da maioria das defesas do projeto de reserva de assentos quatro falas focadas na sensibilidade ou na beleza das mulheres. Celso Russomano (PRB-SP) e Penna (PV-SP) destacaram a sensibilidade feminina, enquanto o Deputado do PSC-SP Gilberto Nascimento fundamentou seu voto favorável às cotas na sensibilidade das mulheres que andavam com Jesus. Caio Nárcio (PSDB-MG), expôs em sua fala a importância da proposta, destacando o embelezamento da Câmara, porém, absteve-se na votação. Em relação a este tipo de argumento, a Deputada Moema Gramacho relatou em entrevista que durante toda a discussão do projeto de cotas, muitos deputados afirmavam que gostariam de ver a Câmara mais florida. A Deputada enfatizou que é importante ver que esse tipo de colocação não elogia a presença das mulheres, mas pelo contrário, diminui a sua capacidade política, reduzindo-nos à condição de enfeite no Parlamento.

Assim, vemos que, embora tenham sido encontradas nas falas de poucos deputados, o argumento que fundamenta a participação política das mulheres pela sua forma diferenciada de atuar nas esferas políticas, também foi mobilizado durante este debate de reserva de assentos.

Os preceitos compartilhados pela ética do cuidado, a sensibilidade e a capacidade de cuidar compartilhada entre as mulheres, foram claramente expostos por quatro deputados, como colocado acima e também por uma deputada. No entanto, a partir da entrevista realizada com Moema Gramacho, é possível entender que estes tipos de argumentos estiveram presentes em outros momentos durante a campanha da bancada feminina pela aprovação da emenda.

Como visto, foram poucas as referências, em falas, à sensibilidade como uma característica feminina que seria trazida à esfera política; por outro lado, a sensibilidade foi evocada por um número significativo de mulheres durante a votação, enquanto apelo à sensibilidade masculina em relação a sua pauta. Assim, algumas deputadas optaram por, ao invés de expor as desigualdades, evocar a sensibilidade dos homens em relação à necessidade da aprovação da pauta.

De maneira geral, entre as falas de deputadas e deputados, foram feitas poucas referências à desigualdade da divisão de trabalho doméstico, e entre as falas dos deputados homens o tema apareceu apenas uma vez. A capacidade de cuidar e ser mãe foi colocada como justificativa para a presença feminina apenas por uma deputada e por quatro deputados homens. As referências às estruturas machistas da sociedade e dos partidos foram frequentes em falas de deputadas e apareceram em menor número entre os deputados a favor.

Quanto às deputadas que falaram em defesa das cotas, foram quinze no total, em comissão e em Plenário. Apesar de no momento da votação terem aparecido falas direcionadas à sensibilidade masculina e mais frequentemente evidenciando a diferença entre os percentuais de mulheres na sociedade e na esfera representativa, grande parte das falas feitas ainda na Comissão de Reforma Política e durante as discussões em plenário evocaram as desigualdades históricas com as quais as mulheres se deparam em seu caminho para uma carreira na política.

As oito mulheres que embasaram em desigualdades históricas seu apoio à medida afirmativa o fizeram afirmando o caráter machista da sociedade e a discriminação arraigada existente. Também foram feitas referências à dívida histórica e aos reflexos da estrutura machista da sociedade dentro das estruturas partidárias. Como colocado anteriormente, as desigualdades estruturais e a defesa da reserva de assentos como medidas para a igualdade compuseram o argumento mais frequente das falas; apenas duas deputadas não fizeram referências à situação desigual das campanhas ou às desigualdades estruturais e históricas que



dificultam a ascensão das mulheres na vida política: Tia Eron (PRB-BA), e Flávia Moraes (PDT-GO).

Todas as outras deputadas que se pronunciaram enfatizaram diferentes formas de desigualdades. Sete delas lembraram do fator econômico e do desigual financiamento de campanhas femininas; três deputadas destacaram a dupla jornada das mulheres que também são mães e donas de casa; a sociedade machista e patriarcal foi colocada por quatro deputadas; também foram expostas as desiguais possibilidades de participação intrapartidária, o tardio direito ao voto e a histórica discriminação para com as mulheres.

A partir do exposto, podemos dividir os argumentos mobilizados por aqueles que apoiavam a aprovação da Emenda Aglutinativa nº 57 e aqueles que visavam a sua rejeição. Assim, temos que os deputados contrários a reserva de assentos se sustentaram na concepção de que a sua aprovação iria contra o sistema meritocrático das eleições, facilitando para um grupo específico o acesso à esfera representativa. Disto, extraímos as classificações enquanto medida artificial e opostas aos ideais de igualdade (formal) que deveriam fundamentar as eleições. É neste sentido, que seguindo a discussão proposta no primeiro capítulo, encontramos em Young (1990) que ações afirmativas desafiam os princípios liberais de igualdade e de não discriminação e faz com que os indivíduos não sejam apenas vistos como indivíduos, mas também como membros de grupos.

Do outro lado, deputados e deputadas que se posicionaram favoráveis à reserva de assentos para mulheres centralizaram seus argumentos em torno das desigualdades entre as condições encaradas por homens e mulheres que desejam ser eleitos. Nesse sentido, foram trazidas desigualdades estruturais e históricas, entre elas a desigualdade de financiamento de campanha, de tempo de televisão, a divisão desigual do trabalho doméstico, a conquista tardia do direito ao voto e entrada na esfera política das mulheres.

Identificamos aqui, que as falas favoráveis se mantiveram mais concentradas na segunda via explicativa à sub-representação, evidenciada no segundo capítulo. Dado que as defesas se construíram em torno dos fatores que reduzem tanto a ambição política entre as mulheres quanto a obtenção de sucesso das suas campanhas. As deputadas que fizeram falas, procuraram enfatizar os constrangimentos enfrentados para a adentrar à arena política e a disparidade quando comparados com os constrangimentos enfrentados por homens.

### 3.4 – Análise dos Votos e Algumas Perspectivas

Como já colocado, faltaram 15 votos para a aprovação da reserva de assentos que garantiria para as próximas eleições 10% de mulheres eleitas, 0,1% a mais que o percentual atual da Câmara dos Deputados (e garantiria que todas as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores tivessem este mesmo percentual), subindo para 12% e 15% nas duas próximas legislaturas. Entrevistada, a Deputada Josi Nunes destacou que a falta de apenas 15 votos pode ser considerada uma vitória das mulheres, dada a resistência masculina à proposta.

Nenhuma orientação de bancada foi negativa, mas boa parte das lideranças liberou suas bancadas. Orientaram para o voto favorável à reserva de assentos: PT, PSD, PR, PDT, PCdoB, PPS, PV e PSOL. Quando nos direcionamos aos percentuais de votação negativa dos partidos, temos dez deles com nenhum voto contrário à proposta; são eles: PCdoB, PT, PPS, PDT, PEN, PMN, PRTB, PSL, PSOL, PV e PTC; apesar de nenhum voto negativo, dois partidos tiveram abstenções, o PDT com duas e o PT com uma abstenção. Também cabe comentar que, destes partidos, PEN, PMN, PRTB e PSL têm apenas um deputado eleito cada, e o PTC, uma deputada.

Em relação aos partidos com maiores percentuais de votos negativos, apenas o PHS teve 100% de votos contrário à política de cotas. A Tabela 1 abaixo exhibe os percentuais de rejeição nos partidos que, ao contrário dos primeiros citados, tiveram votos negativos.

Tabela 1: Percentual de Votos Negativos e Abstenções por Partidos<sup>12</sup>

Partido	Percentual de Votos Negativos	Percentual de Abstenções	Total de Votos
PHS	100	0,0	5

<sup>12</sup> Número de votos totais dos partidos com percentuais negativos: PHS – 5; PTN – 4; PTdoB – 2; PSDC – 2; PROS – 12; PRB – 17; PP – 32; PTB – 21; PRP – 3; PSD – 29; PSC – 11; PMDB – 54; PR – 31; PSDB – 51; PSB – 30; DEM – 18; SD – 15.

PTN	50	0,0	4
PTdoB	50	0,0	2
PSDC	50	0,0	2
PROS	50	8,3	12
PRB	47	5,9	17
PP	37,5	9,4	32
PTB	33,33	9,5	21
PRP	33,3	0,0	3
PSD	27,58	20,7	29
PSC	27,27	9,1	11
PMDB	26,4	0,0	53
PR	25,8	22,6	31
PSDB	23,52	33,33	51
PSB	23,3	3,3	30
DEM	22,22	38,9	18
SD	13,13	26,7	15
PCdoB	0,0	0,0	11
PP	0,0	1,7	57
PPS	0,0	0,0	10
PDT	0,0	11,11	18

PEN	0,0	0,0	1
PMN	0,0	0,0	1
PRTB	0,0	0,0	1
PSL	0,0	0,0	1
PSOL	0,0	0,0	4
PV	0,0	0,0	6
PTC	0,0	0,0	7

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados<sup>13</sup>

Vale lembrar que dentre os partidos com 50% de rejeição, que correspondem aos mais altos percentuais, dois deles, o PSDC e o PTdoB têm apenas dois deputados, de modo que seria mais fácil para estes partidos estar com este índice de rejeição. Como já havia sido indicado, os partidos dos quais partiram as falas contra a política de cotas não constam entre as maiores porcentagens contrárias. Ressalte-se, ainda, que os deputados destes partidos não se pronunciaram em relação ao seu posicionamento.

Ao prestarmos atenção nas bancadas estaduais, podemos verificar que três estados não tiveram nenhum voto contrário, Piauí, Mato Grosso do Sul e Rondônia, e tiveram, todos, apenas uma abstenção, o que corresponde respectivamente a: 16,67%; 12,5%, e; 16,67%. Nota-se, também, que o percentual de mulheres destes três estados já é superior aos 10% inicialmente previstos pelas cotas.

Os estados com maiores percentuais de votos contrários foram: Roraima, 50%; Distrito Federal, 37,5%; Ceará, 36,8%; Bahia, 35,3% e Amapá, 33,3%. Destes, apenas a Bahia não tem atualmente 10% de mulheres eleitas deputadas federais, os demais estados, mesmo já correspondendo ao previsto no projeto de cotas para a próxima legislatura, apresentaram um alto percentual de rejeição.

<sup>13</sup>

Disponíveis em:  
<http://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=6377&numLegislatura=55&codCasa=1&numSessaoLegislativa=1&indTipoSessaoLegislativa=O&numSessao=157&indTipoSessao=E&tipo=partido>. Acesso em: 09 jun. 2016

Os votos também podem ser analisados de acordo com as bancadas às quais os deputados integram<sup>14</sup>. Nesse sentido, a chamada “bancada da bala”<sup>15</sup> se distanciou das demais com o menor percentual de apoio à Emenda Aglutinativa n. 57. Dos trinta e três votos dados pelos integrantes da bancada, os votos negativos e as abstenções alcançaram 52,52% do total de votos. Vale lembrar que não há nenhuma mulher nesta bancada. O segundo maior percentual veio da “bancada dos parentes”<sup>16</sup>, com número bem mais expressivo de votos, cento e noventa e três, deste total, foram 41,96% de abstenções e rejeições.

Em terceiro lugar, também bastante expressiva quanto ao seu número de integrantes que votaram, cento e setenta e cinco, a “bancada empresarial” teve 41,14% de abstenções e votos contrários. Assim, as três bancadas com menores percentuais de apoio às cotas foram as bancadas da bala, dos parentes e empresarial. Se, por um lado, a bancada que menos apoiou a medida foi a bancada da bala, do outro, a “bancada dos direitos humanos” teve 100% dos votos favoráveis à reserva de assentos; dos seus 20 integrantes, apenas dois não eram de partidos que orientaram o voto favorável à medida. Em segundo lugar, a “bancada sindical”, com um total de trinta e cinco votos, teve 91,4% de votos favoráveis, nenhum negativo e apenas três abstenções. Ambas as bancadas são compostas majoritariamente por partidos que orientaram voto favorável.

Ainda no que se refere às participações das bancadas, a Deputada Moema Gramacho, durante sua entrevista, relatou que houve uma clara mobilização para impedir a aprovação das cotas do que ela chamou de “bancada de Eduardo Cunha”, presidente da Câmara dos Deputados. Segundo a deputada, as articulações para que as cotas não fossem aprovadas incluíram também pressões direcionadas especificamente a deputadas, para que não votassem a favor do projeto e, por isso, algumas deputadas teriam deixado de comparecer à votação. Foram seis as deputadas ausentes neste dia; no entanto, é difícil considerar quais poderiam ter sido submetidas a tal situação, tendo em vista que elas têm todas perfis bastante diferentes. Estiveram ausentes: Dâmina Pereira (PMN-MG); Jessica Sales (PMDB-AC); Jô Moraes (PCdoB-MG); Luíza Erundina (PSB-SP); Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Rejane Dias (PT-PI). Vindo de diferentes partidos, é difícil saber a quais se aplicaria a acusação da Deputada Moema.

---

<sup>14</sup> Dados de *Pública Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*. Disponíveis em: <<http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

<sup>15</sup> Frente Parlamentar que reúne deputados ligados à indústria de munições, armas, ex-policiais e militares.

<sup>16</sup> Denominação atribuída ao grupo de deputados familiares outros políticos ou personagens tradicionais da política no Brasil.

Além disso, cabe colocar que a Deputada Magda Mofatto (PR-GO) foi a única mulher a manifestar voto contrário à proposta de reserva de 10% de cadeiras para mulheres.

Com a rejeição deste projeto durante a reforma política, não foi possível que a reserva fossem aplicadas durante as eleições municipais de 2016. Perguntadas quanto às suas perspectivas de ações futuras, as duas deputadas entrevistadas focaram em diferentes aspectos. Para a deputada Josi Nunes, não podemos chamar o processo de 2015 de reforma política, já que pouco se mudou no sistema brasileiro; dentre as suas perspectivas, então, está uma nova reforma, na qual de fato sejam garantidas medidas que garantam a participação das mulheres.

Já a Deputada Moema Gramacho lembrou que a reserva no mesmo desenho que foram rejeitadas em plenário, foram aprovadas no Senado e, ainda, já tiveram sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Segundo ela, estes precedentes tornam mais fácil a aprovação das cotas em plenário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou estudar a tentativa de se inserir no Brasil um sistema de reserva de assentos para mulheres, de forma que houvesse uma política de ações afirmativas para mulheres na política com resultados realmente efetivos. Após 20 anos da implementação da lei de cotas de candidaturas vigente, que reserva o mínimo de 30% de candidaturas para os dois sexos, o Brasil continua com números muito baixos de participação política de mulheres, estando, ainda, bastante longe do ideal paritário, com apenas 9,9% de deputadas na Câmara dos Deputados. Ademais, o país permanece em 155º lugar no ranking mundial de presença de mulheres no parlamento<sup>17</sup>.

Ao se dar início à tramitação do projeto de reforma política, a bancada feminina passou a discutir propostas para que a reforma promovesse, entre outras coisas, o aumento da participação de mulheres nas esferas deliberativas. Como evidenciado durante o terceiro capítulo, as opiniões das deputadas quanto a essa pauta não foram unânimes, tendo em vista que a dinâmica dentro da bancada feminina é afetada pelos entendimentos distintos trazidos dos partidos aos quais as deputadas pertencem, de modo que o projeto de reservar assentos para mulheres enfrentou barreiras, em um primeiro momento, internas à bancada, e, posteriormente, externas.

A fim de compreender os movimentos de defesa e de crítica ao projeto, o trabalho começou buscando as formas de interpretação da representação por diferentes teóricos, numa tentativa de compreender como e quais as concepções de representação estão presentes e permitem a defesa da adoção de um sistema de cotas para mulheres. Nesse sentido, foram expostas as quatro acepções da representação definidas por Hanna Pitkin, simbólica, substantiva, formalista e descritiva, bem como foram expostos os autores nos quais estas compreensões de representação se manifestam.

A partir disso, chegamos a um contexto em que, em meio à crise da representação na qual há ausência do sentimento de estar sendo representado, reaparecem defesas da representação descritiva ou de alguns aspectos garantidos por ela. Sem retirar a importância das atitudes dos representantes, e também sem desconsiderar o papel da *accountability* e da

---

<sup>17</sup> Dados mapeados pela *Interparliamentary Union*, disponíveis em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

autorização, os mecanismos descritivos são revalorizados enquanto formas de acrescentar à noção de representação questões de *identidades* e de *perspectivas*.

Buscamos, a partir disso, os caminhos que podem ser seguidos para fundamentar, mais especificamente, a garantia da representação descritiva das mulheres, além das formas através das quais desenvolvem-se respostas às tradicionais oposições a mecanismos de ação afirmativa. Para tal, foi explorada a concepção presente na obra de Elshtain, *Public Man, Private Woman*, a qual entenderá que, ao adentrarem nas esferas deliberativas, as mulheres levariam consigo características ligadas ao cuidado, à ética e à moralidade, isso porque tais características compõe a voz através da qual elas operam. Apesar de não ter objetivos essencialistas, é *In a Different Voice*, de Carol Gilligan, que inspira essa concepção de *ética do cuidado* ou *política do desvelo*, quando, a partir de estudos empíricos, difere duas vozes diferentes que se manifestam no comportamento humano e identifica nas mulheres aquela cujos aspectos se ligam à sensibilidade e ao cuidado.

Assim, uma das maneiras pela qual a presença política feminina pode ser valorizada consiste na valorização dos aspectos da esfera privada que são sistematicamente excluídos da esfera pública à medida em que também são excluídas delas as mulheres. Sem questionar como as diferentes vozes se desenvolvem entre homens e mulheres, concepções de que as mulheres desenvolvem uma política maternal e mais ética acabam essencializando comportamentos e subjetividades femininas.

Tal justificativa foi também encontrada entre alguns deputados e apenas em uma deputada que falaram em defesa das cotas. Vemos manifesta essa concepção em falas que destacaram a sensibilidade feminina e justificaram a capacidade política das mulheres, como uma capacidade de cuidado para com o país, uma vez que as mesmas já cuidam de seus filhos e de seus lares.

Para além de saídas essencialistas, atemo-nos ao conceito de *perspectivas* introduzido por Young. Desde modo, mecanismos descritivos que tragam mais mulheres às esferas políticas podem ser justificados por permitirem e, ainda, garantirem que estejam também presentes as perspectivas a partir das quais as mulheres formulam suas opiniões. Como é bem explicado por Young (2000), elas não nos fornecem as conclusões dos pensamentos de integrantes do grupo, apenas de onde partem os mesmos.



Dessa maneira, escapamos do essencialismo, dado que não nos atemos a aspectos fixos de uma identidade compartilhada por membros de um grupo, neste caso, pelas mulheres. Em poucas falas, percebemos claras relações entre as suas defesas do projeto de cotas e a noção de perspectivas. Isso ocorre principalmente quando algumas deputadas se referiram à necessidade da presença política de olhares que partissem de diferentes experiências.

Por outro lado, também foram expostas algumas das questões que são apropriadas por posições que rejeitam as cotas como ação afirmativa. Sendo estas, principalmente, ligadas à defesa de um ideal de justiça e de mérito, que não entendem enquanto justas as conquistas que, do seu ponto de vista, não são alcançadas por mérito próprio. As poucas falas que foram feitas contra o projeto, e também as falas durante as entrevistas, denotaram uma preocupação, daqueles contrários à medida, no sentido da igualdade de uma proposta como essa.

No primeiro capítulo, expusemos que a democracia liberal constrói um cidadão universal e exclui da esfera pública as suas particularidades. Além disso, com base em Phillips, entendemos que, ao fazer isso, o sujeito universal construído é masculino. E, por isso, a procura do ideal de universalidade e imparcialidade vinculou as mulheres à esfera privada. Assim, pretendeu-se mostrar que o ideal de mérito é sustentado pela concepção de que todos partem de um ponto comum e universal, no qual não têm peso suas diferenças individuais e de grupos; no entanto, tal concepção parte da criação do sujeito universal.

Os deputados que se mantiveram contrários à política de reserva de assentos enfatizaram o trabalho que deve ser feito para conquistar uma cadeira na Câmara e destacaram que esse trabalho deve ser igual para todos. No entanto, o que torna este trabalho desigual não é a adoção de uma política de cotas ou reserva de assentos, tais medidas iriam, ao contrário, reduzir a desigualdade do esforço exigido nas campanhas.

As desigualdades encontradas nas campanhas e no caminho como um todo que deve ser traçado pelas mulheres até a eleição foram continuamente expostas pelas deputadas. Desigualdades de financiamento, de tempo de televisão, desigualdades oriundas da dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres e, principalmente, foram lembradas as desigualdades históricas e a tradicional exclusão política das mulheres.

O segundo capítulo deste trabalho expôs a forma como Carole Pateman relacionou o contrato original com um contrato sexual, de modo que ao mesmo tempo em que se criou a

liberdade para os homens, impôs-se, também, a sujeição às mulheres. Colocamos, desse modo, a forma como se constitui a divisão entre as esferas pública e privada, a compreensão da segunda como espaço natural das mulheres, tornando claros os moldes do patriarcado neste contexto, de modo que a esfera pública, a liberdade civil e as relações entre cidadãos livres são possuídas apenas por homens.

Em seguida abordamos também, a partir da obra de Sylvia Walby, a forma como o patriarcado se reconfigura com a entrada das mulheres na esfera pública, operando através da segregação das atividades desempenhadas por homens e mulheres e pela menor remuneração destas. Além disso, vimos, ainda com a mesma autora, que, apesar de adentrarem no espaço público, as desigualdades da esfera privada permanecem e interferem nas suas possibilidades de interação no campo público.

Posteriormente encontramos na grande maioria das falas de deputadas os aspectos antes expostos a partir das abordagens acima, de Pateman e Walby. O tema mais recorrente em falas, de maneira geral, das deputadas, das senadoras que participaram de reuniões e de convidadas em audiência pública, foi a histórica exclusão de mulheres da esfera política e a forma como, mesmo após ser permitido o seu acesso, as estruturas desiguais e patriarcais seguem impondo limitações à sua participação, através de desigualdades financeiras e de incentivos às candidaturas e das responsabilidades da vida privada que ainda recaem sobre as mulheres.

Buscou-se também, compreender os aspectos do sistema eleitoral e dos desenhos das políticas afirmativas que interferem nos percentuais de mulheres eleitas. Encontramos na literatura a preferência por sistemas proporcionais de lista fechada e pela adoção de cotas com mandato de posição dentro destes modelos. As discussões que ocorreram durante a tramitação do projeto também abordaram esta questão, de modo que a maioria dos deputados e deputadas entenderam que para a eleição de mulheres ser garantida, a lista fechada seria a melhor opção. No entanto, assim como já havia sido colocado no segundo capítulo, as/os deputadas/os também apontaram a tendência centralizadora da lista fechada.

Como as demais propostas de sistemas eleitorais não foram adiante, apesar de terem sido discutidas propostas de listas preordenadas nas quais houvesse paridade ou alternância de sexo a cada três candidatas/os, o projeto realmente discutido foi o de reserva de assentos dentro do sistema proporcional de lista aberta brasileiro.

Quanto ao projeto encaminhado, vimos que a proposta inicial de 30% de cotas progressivas até os 50% não foi a primeira opção por unanimidade, havendo deputadas propondo já 50% e deputadas contrárias a política de cotas no geral. A proposta final teve uma grande alteração, visando à possibilidade de aceitação, já que, como foi relatado mesmo em entrevista com uma deputada, os homens não aceitariam de forma alguma a reserva de 30% de vagas para mulheres. Assim, foi proposto que, a partir das eleições seguintes, entre Vereadores, Deputados Estaduais e Municipais, 10% das cadeiras deveriam ser ocupadas por mulheres, percentual que aumentaria para 12% e 15% nas duas eleições seguintes. Apesar de apresentar um recuo em relação à sua intenção inicial, o projeto ainda seria uma garantia de que em todos os municípios houvesse um percentual mínimo de mulheres inseridas dentro da esfera política.

Com todos os recuos feitos, faltaram 15 votos para a aprovação da proposta. Mesmo assim, a derrota por 15 votos foi considerada como uma vitória pelas deputadas, face às barreiras impostas pelos deputados, que são 91,1% da Câmara. Embasados em noções questionadas durante este trabalho, de igualdade, justiça e mérito, os deputados não aceitaram aumentar 0,1% do espaço que hoje as mulheres ocupam na Câmara. Na perspectiva das deputadas, mascarou-se um posicionamento baseado mais especificamente na preocupação com a sua possível perda de espaço e com as formas pelas quais o seu poder político seria atingido pela medida.

## Referências Bibliográficas

**ÁLVARES, Maria Luzia Miranda.** Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

**ALVAREZ, Sonia E.** *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, Princeton. 1990.

**ALVES, José Eustáquio; ARAÚJO, Clara.** Impactos e Indicadores Sociais dos Sistemas Eleitorais Sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e Suas Interações com as Cotas. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

**ARAÚJO, Clara.** Mujeres y Elecciones Legislativas em Brasil: Las Cuotas y Su (In)Eficacia. In: ARCHENTI, Nélica; TULA, Maria Inés. (Org). *Mujeres y política en América Latina*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

**ARAÚJO, Clara.** *Quotas for Women in Brazilian Legislative System*. Disponível em: <[http://www.quotaproject.org/CS/CS\\_Araujo\\_Brazil\\_25-11-2003.pdf](http://www.quotaproject.org/CS/CS_Araujo_Brazil_25-11-2003.pdf)>. 2003>. Acesso em: 28 mai. 2016.

**ARAÚJO, Clara.** Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In *Revista: Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

**BALLINGTON, Julie.** Introduction. In: BALLINGTON, Julie; KARAM, Azza. (Org.). *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Estocolmo: IDEA, 2005, p. 23-32. Disponível em: <[http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP\\_inlay.pdf](http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP_inlay.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2016.

**BORDEN, Morton.** *The Antifederalist Papers*. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press, East Lansing, 1965.

**BRASIL.** Lei nº 9.100, de 29 de Setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

**BRASIL.** Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições.

**BURKE, Edmund.** Discurso aos Eleitores de Bristol. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012.

**COSTA, Ana Alice Alcântara.** 2005. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. In: *Labrys*, Estudos feministas, Brasília, n. 7, jan.-jul. 2005.

**DAHLERUP, Drude.** *Quotas Are Changing the History of Women*. Disponível em: <[http://www.quotaproject.org/CS/CS\\_Drude\\_Africa\\_Oct\\_2004.pdf](http://www.quotaproject.org/CS/CS_Drude_Africa_Oct_2004.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2016, 2003.

**DAHLERUP, Drude.** Increasing Women Political Representation: New Trends in Gender Quotas. In: BALLINGTON, Julie; KARAM, Azza. (Org.). *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Estocolmo: IDEA, 2005, p. 141-153.

**FRASER, Nancy.** Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora: UnB, 2001.

- FRASER, Nancy.** Reconhecimento sem Ética?. *Lua Nova*, São Paulo, v.70, p. 101–138. 2007.
- GILLIGAN, Carol.** *In a different voice: Psychological theory and women's development.* Cambridge, Massachusetts, EUA, 1982.
- GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros.** Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- HOBBS, Thomas.** *O Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.* São Paulo: Ed. Martin Claret, São Paulo, 2002.
- JUREMA, Solange Bentes.** “Ações Estratégicas do CNDM para o Empoderamento das Mulheres”. In: *Revista Estudo Feministas*, v. 9, n. 1, p. 207-212, 2001.
- KINZO, Maria D'Alva G.** Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1980.
- LOVENDUSKI, Joni.** Representación política: dinámica de género y partidos. In: EDURNE, Uriarte; ARANTXA, Elizondo (Org.). *Mujeres en política.* Barcelona: Editorial Ariel, 1993.
- MARX, Jutta; BORNER, Jutta; & CAMINOTTI, Mariana.** Cuotas de Género y Acceso Femenino al Parlamento: los casos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada. In: *Política*, Santiago n. 46, p, 61-81, 2006,
- MATLAND, Richard.** *Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems.* In: *Women in Parliament: Beyond Numbers.* IDEA, 2005, p. 93-111.
- MIGUEL, Luis Felipe.** *Democracia e Representação: territórios em disputa.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe.** *Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina.* Revista Estudos Feministas, ano 9, 2001.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia.** *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia.* São Paulo: Editora Unesp, 2011, cap. 3.
- MOUFFE, Chantal.** Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics. In: *Feminists Theorize the Political.* Routledge, 1992.
- NAÇÕES UNIDAS.** *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.* 1995. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2016.
- NORRIS, Pippa.** *Recrutamento Político.* In: *Revista de Sociologia e Política.* v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.
- NORRIS, Pippa.** Women's Representation. In: NORRIS, Pippa. *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior.* Cambridge University Press, p. 179-208, 2004.
- PATEMAN, Carole.** *O Contrato Sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PESCHARD, Jacqueline.** *The Quota System in Latin America: General Overview,* 2002. Disponível em: <<http://www.idea.int/publications/wip/upload/peschard-Latin%20America-feb03.pdf>>. 2002.Acesso em: 29 mai. 2016.

**PHILLIPS, Anne.** De uma política de ideias a uma política de presença?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

**PHILLIPS, Anne.** *O que há de errado com a democracia liberal?* *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, Brasília, p. 339-363, dez. 2011.

**PINTO, Céli.** Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 94, p. 256 – 270, jan. 1994.

**PINTO, Céli.** 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**PITKIN, Hanna.** *The Concept of Representation*. University of California Press, Berkley, 1972.

**PITKIN, Hanna.** Representação: Palavras, Instituições e Ideias. *Lua Nova*, São Paulo, v. 67, p.: 15-47, 2006.

**RAWLS, John.** *Political Liberalism*. Nova York: Columbia University Press, 2005.

**SARTI, Cynthia A.** Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 31–48, 2001.

**WALBY, Sylvia.** *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

**YOUNG, Iris Marion.** Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.